



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ACTA N.º 15/X-2º/2010-11

1 - Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, pelas 21H15, no Vitória Clube das Quintinhas, sitas na Rua Eugénio Salvador, nº 46, na Charneca da Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Setembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Desafecção de Parcela de Terreno".

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Suspensão Parcial do Regulamento do PDM".

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara".

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar em 2012"

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Lançamento de uma Derrama sobre a Colecta do IRC para o ano de 2012"

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Extinção da CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional, EIM - Agência de Desenvolvimento Regional de Setúbal".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Teresa Paula de Sousa Coelho; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 30 de Setembro (Ent. 1924/X-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 30 de Setembro (Ent. 1925/X-2º), (**Conforme Anexo II**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 30 de Setembro (Ent. 1926/X-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 30 de Setembro (Ent. /X-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Isabel Vieira Dias de Moura, com Ausência no dia 30 da Setembro (Ent. 1921/X-2º), (**Conforme Anexo V**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Setembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo VI**).
- O Candidato Sr. Vítor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Setembro, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo VII**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Setembro, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, e por impedimento da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos VIII e IX**).
- O Candidato Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Setembro, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos X e XI**).
- O Candidato Sr. Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Setembro, da eleita Sr.ª Ana Isabel Vieira Dias de Moura, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XII**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Charneca da Caparica, Laranjeiro e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhor Rui Ribeiro Perdigão, Senhor Manuel de Passos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Pacheco Simões, Senhor António Júlio Mendes Pereira e Senhora Ilda de Lourdes Oliveira Dâmaso Garrett, respectivamente, (**Conforme Anexos XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).

**4.3** - O Presidente deu nota do Expediente Recebido do nº 1456/X-2º ao nº 1889/X-2º, do Expediente Enviado do nº 402/X-2º ao nº 525/X-2º; dos E-mail Enviados e Recebidos, E-mail recebido no período de 13 de Junho a 25 de Setembro de 2011 e E-mail enviado no período de 13 de Junho a 23 de Setembro de 2011; informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 16/X-2º/2010-2011, da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 05/X-2º/2010-2011 (Período de 14 de Junho a 28 de Setembro de 2011).

**4.4** - as Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 13/X-2º/2010-11 e 14/X-2º/2010-11 e das Minutas das Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 13/X-2º/2010-11 e 14/X-2º/2010-11 e não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação.

**4.4.1** - As Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 13/X-2º/2010-11 e 14/X-2º/2010-11 foram aprovadas por unanimidade.

**4.4.2** - As Minutas das Actas Nº 8/X-2º/2010-11, 13/X-2º/2010-11 e 14/X-2º/2010-11 foram ratificadas por unanimidade.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro, residente em Almada.

**5.1.1** - O Município Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria de começar por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia pela resposta que deu, pela resposta completa e pela disponibilidade perante a última questão que eu trouxe da última vez que estive presente nesta Assembleia em Fevereiro deste ano. De facto agradeço, notou-se a atenção em tentar esclarecer o assunto, infelizmente o mesmo já não poderei dizer da Junta de Freguesia do Laranjeiro que teve uma justificação para a questão das eleições como se a Lei nada refere a este aspecto, eu não faço nada. Mas passando à frente porque não é este o assunto que me traz aqui esta noite. Aquilo que me traz aqui esta noite está relacionado com a questão da iluminação pública, nomeadamente eu gostaria de fazer referência a um despacho, a um anúncio no site da Câmara Municipal de Almada de 06 de Julho de 2011 o qual a Câmara Municipal publicou um conjunto de medidas para poupar na iluminação pública e entre outras este Executivo Municipal manifesta a sua preocupação pelo facto da iluminação pública representar passando a citar: centenas de milhares de euros de despesa no orçamento municipal e acrescentar ainda que as medidas tomadas são insuficientes, tendo sido necessário dar início a uma fase experimental de redução do período durante o qual a iluminação pública está ligada, sendo esta redução feita quer ao amanhecer, quer ao anoitecer. De acordo com o mesmo Despacho da Câmara Municipal de Almada, esta mesma poupança não se iria reflectir na segurança. Porém eu lamento informar ou não sei se coincidentemente ou não, mas o que é certo é que aquilo a que assistimos é período de escuridão até que as luzes se acendam, quer durante



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a noite e apagando-se as luzes de madrugada, deixando durante um período prolongado ao anoitecer, não sei se por coincidência se por aplicação deste programa é isso que agradecia que me explicassem, se fosse possível, mas o que é certo é que temos questões de pessoas que abandonam as suas casas todos os dias demasiado cedo para irem trabalhar com as ruas completamente às escuras. Esta situação vê-se e torna-se ainda mais grave sobretudo junto dos Bairros Sociais de Almada. Eu gostaria de salientar que ainda na semana passada ia eu a conduzir na estrada junto ao Monte de Caparica, quando me deparo com uma rua totalmente apagada, sem qualquer iluminação ligada e torna-se difícil quer para mim enquanto condutor, quer para os transeuntes, quer para qualquer outra pessoa que esteja a circular naquele meio poder circular de acordo com as condições de segurança. Posto isto, a primeira questão que eu gostaria de fazer seria, o que é que pretende de facto a Câmara salvar? A poupança ou a segurança dos seus Municípes? Ponto número dois, se o que interessar for a segurança, então de facto eu acho que podemos conciliar inclusivamente com critérios de poupança ou através da substituição da actual iluminação pública pelo sistema de leds, já está mais do que demonstrado que consegue poupar até cerca de trinta a quarenta por cento da energia que é consumida com a iluminação normal. Porém, eu tenho sérias dúvidas que uma vez estando comprometida neste momento a segurança da maior parte dos Municípes e ainda que quiséssemos falar em poupança, a mesma já não poderia ser o valor que estivesse a ser defendido em causa. Eu digo isto porque, recordo-me da notícia que foi publicada no Semanário "Sol" de Agosto, que demonstra um total de gastos pela Câmara Municipal com relógios de ouro, com medalhas de prata e de bronze e entre outras celebrações de efeméride num total de cerca de seiscentos mil euros. Ora, se o que está em causa de facto é celebrar estes eventos e é beneficiar, gastar dinheiro com trivialidades, então de facto não podemos, eu julgo que não podemos ignorar a segurança, que é de facto aquilo que se passa. No entanto, eu acho que a Câmara deveria ter em atenção o seguinte. Existem dezenas para não dizer mesmo centenas ou milhares de pessoas, e volto a reforçar este mesmo ponto, que são afectadas pelo período de escuridão que todos os dias ainda continua naturalmente a afectar a população almadense. As pessoas querem trabalhar, as pessoas querem circular de noite e não têm condições para o fazer. Vou concluir só com mais uma questão. Como é que será, já que a Câmara tem que respeitar as quotas de emissão de gases e já que está numa iniciativa de poupança, como é que será relativamente à iluminação de Natal? Quem é que pagará? Como é que serão cumpridas essas mesmas quotas e quem é que pagará a respectiva conta de electricidade?"

**5.2 -** Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor João Gabriel Isidoro, residente na Charneca de Caparica.

**5.2.1 -** O Município Exm.<sup>o</sup> Senhor João Gabriel Isidoro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A razão que me traz aqui hoje, ao ver novamente a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara na Freguesia de Almada, é exactamente a mesma pergunta que coloquei em Março e à qual nem eu, nem creio nenhum charnequense ainda conseguiu até agora obter resposta. É com a previsível conclusão para dentro de poucos meses do IC32, pelo menos na parte que à Freguesia da Charneca de Caparica diz respeito, a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

questão que volto a colocar aqui é que futuro, que requalificação, como, quando para a antiga Estrada Nacional 377.

Como todos sabemos a antiga Estrada Nacional 377 ainda é hoje o principal corredor no todo ou em parte da Freguesia da Charneca é a grande via de distribuição de tráfego, é uma via muitíssimo perigosa, é uma via que não tem alterações substanciais provavelmente há mais de quarenta anos e até agora nada se viu. A Câmara Municipal de Almada convocou uma reunião no início de Março deste ano, teve lugar no Clube Recreativo Charnequense, um dos pontos era discutir esta questão. Ouvimos uma memória descritiva razoavelmente bem feita por um dos técnicos acerca do histórico da rede viária do Concelho, mas eu quero-vos dizer que o que eu tenho é saudades do futuro, pouco me interessa do passado. Eu sou um munícipe preocupado, sou um munícipe nascido no Concelho de Almada que acompanho com atenção as questões do Concelho e as questões da Freguesia. Sei que vivo na maior Freguesia do Concelho de Almada, que é infelizmente uma das mais mal tratadas, das mais abandonadas, uma daquelas que mais sofreu nestes últimos trinta e seis anos com o desleixo, com a incúria e com o desordenamento urbanístico, por isso lhe peço hoje Sr.<sup>a</sup> Presidente que nos responda com clareza, com a clareza que não teve em Março, com a clareza que não teve até agora, que futuro para a Charneca, nomeadamente numa questão que preocupa quem aí vive e trabalha, que é aquilo que vai fazer que é da sua responsabilidade, é da responsabilidade do seu Executivo, a antiga Estrada Nacional 377."

**5.3** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Dias Pereira, residente na Charneca de Caparica.

**5.3.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Dias Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu só tenho dois pedidos para fazer à Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, são dois pedidos que são simples como eu sou, e o primeiro tem a ver não com a Charneca, mas mais com Almada e tem a ver com a ECALMA.

Embora a utopia seja uma coisa boa, e o sonho que comanda a vida, é claro que eu não vou pedir aqui que a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara termine, acabe com a ECALMA. Mas vou-lhe pedir se puder ser, um destes dias que tenha tempo para pensar nisso, que permita aos cidadãos que vêem os seus carros transportados para o Parque da ECALMA, que possam retirar as suas viaturas a partir das seis horas da tarde, porque a partir das seis já não se pode, e a gente às vezes poder ter que ir para o Porto e depois temos que ir de comboio e não podemos levar o nosso carro. Este é o primeiro pedido.

O segundo pedido tem a ver com a Charneca e se puder ser, no brilhante Boletim que a Câmara Municipal emite sobre o Concelho, se pudesse dar um pouco mais de atenção à Charneca de Caparica, nós também ficaríamos felizes, ficaríamos contentes, e pelo menos ficávamos a pensar que somos um bocadinho mais parte do Concelho do que aquilo que pensamos ser, porque ficamos tão desgraçadinhos naquele boletim que é tão poucachinho em relação à Charneca. E portanto são estes dois pedidos e desde já agradeço os seus bons ofícios para aquilo que eu pedi."



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**5.4** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Inês Mendes Alves Pereira de Abreu, residente na Costa da Caparica.

**5.4.1** - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Inês Mendes Alves Pereira de Abreu:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito Boa Noite a todos!

Escrevia o Sr. Vereador, José Gonçalves, em missiva enviada ao Sr. meu Pai, a 9 de Agosto do corrente ano, cito: "Solicito à DPE o pagamento a que haja lugar, desde o final do estágio até à presente data". Citei o despacho n. 27/2011, devidamente assinado pelo vereador Presidente dos SMAS.

De novo, incumprem os SMAS do Sr. Vereador, agora no que ele escreve, pois nada foi processado dos retroactivos desde Março deste ano, totalizando oito meses em dívida.

Dirão os hipócritas do costume que, o trabalhador apenas teria que se dirigir ao sector dos Recursos Humanos para que tal situação fosse regularizada.

Mas, se nem ao Presidente, os dirigentes dos SMAS obedecem, como iriam cumprir com o que o trabalhador lá fosse solicitar? Além de que já lá foi há meses, e apenas foi humilhado e mal tratado.

A título de exemplo, posso referir que o que aqui denunciei em Julho acerca das irregularidades de declarações prestadas às finanças em matéria de IRS, apenas foi corrigido com atraso de meses, depois de notificados para tal pelas próprias Finanças.

Constata-se, mais uma vez, que os SMAS de Almada, sob a capa de oportunos enganos ou esquecimentos, são brilhantes a "inventar" formas de prejudicar quem não gostam.

E não gostam do Sr. meu Pai, porque ele teve a ousadia de os accionar judicialmente e, conseqüentemente ganhar duas acções contra a Autarquia, que violou direitos óbvios do trabalhador, tal como ficou amplamente provado em Tribunal. Nunca é demais lembrar os factos e as decisões judiciais, tal como ocorreram, na sequência de dois ilícitos cometidos pela Autarquia, nomeadamente o despedimento ILÍCITO do trabalhador, em 2006.

Não há dúvida que certos dirigentes dos SMAS querem à força ter a razão que lhes foi negada pelos Tribunais. Nem que tenham para isso de insinuar insanidade mental do trabalhador, muito à semelhança de velhos métodos de um certo regime velho de 100 anos que, sob a ditadura de Staline, mandou 60 tal milhões de opositores para prisões que designava de "clínicas psiquiátricas".

Ainda recentemente vimos o Sr. Deputado Bruno Dias muito combativo relativamente aos trabalhadores por conta dos outros, "esquecendo-se" do que se passa dentro de portas da Câmara Municipal de Almada, em matéria de direitos de quem lá trabalha...

Sra. Presidente da Câmara de Almada:

- Até quando vai esta Autarquia atropelar direitos fundamentais do trabalhador?
- Afinal quem precisa de psiquiatra, o trabalhador vitima, ou os esbirros de vossa senhoria?
- Até quando vão certos deputados municipais, olhar para o lado enquanto se vilipendia este trabalhador?



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Até quando vai subsistir este regime de faz-de-conta que na realidade desrespeita e atropela os mais elementares direitos do trabalhador?

- Será que quer terminar o seu mandato desta forma ignóbil, e assim ser lembrada?

Esta é a segunda vez que aqui venho e, de novo, vos peço que deixem de desestabilizar a qualidade de vida da minha Família, parem de a prejudicar economicamente, deixem que eu e a minha irmã crescamos em democracia e liberdade.

Muito obrigada pela vossa atenção."

**5.5** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Célia Morais, residente na Charneca de Caparica.

**5.5.1** - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Célia Morais:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quero agradecer à Mesa da Assembleia, ao Executivo, aos Deputados e ao público, a oportunidade de vir aqui manifestar a minha total indignação com a actuação da Câmara Municipal de Almada, no que diz respeito à iluminação da via pública. Penso que a Sr.<sup>a</sup> Presidente não tem o conhecimento da extensão nem das características do seu Concelho, sobretudo da Freguesia da Charneca da Caparica. A Charneca é uma das maiores Freguesias do Concelho e uma das características que tem é ainda ser uma Freguesia campestre. É uma Freguesia em que as pessoas têm que se deslocar para chegar às paragens dos autocarros, muitas delas têm que andar cerca de vinte a trinta minutos a pé para apanharem o autocarro e se deslocarem para outro Concelho para aí governarem a sua vida.

Neste sentido apelo ao bom senso da Sr.<sup>a</sup> Presidente para que reveja que a crise não pode ser desculpa para tudo e entendo que devemos poupar, devemos cortar nalgumas coisas, mas não podemos criar aqui o pânico e a fobia, criando insegurança nos nossos munícipes. A Sr.<sup>a</sup> Presidente se quer cortar e se quer poupar, tem que rever alguns gastos que são exagerados como é o caso do motorista particular, do carro privado, do boletim que sai todos os meses, iluminações de Natal que são riquíssimas no Concelho e na Cidade de Almada, nos anúncios que passam na TV para dar a conhecer de uma cidade que está morta e está moribunda, que não tem nada. Por isso eu peço aqui ao bom senso da Sr.<sup>a</sup> Presidente relativamente a esta questão da iluminação, não ande a brincar, não desligue às seis horas, às seis e um quarto, às seis e vinte, mas quero-lhe dizer a ela que seis e um quarto, seis e meia, seis horas e quarenta e cinco, é noite escura. Por isso convido-a a vir à Charneca da Caparica, para fazer um passeio a pé durante trinta minutos e ter que chegar à paragem para ver como é escuridão total."

**5.6** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Rui Pedro Segurado Cid Alves, residente em Cacilhas.

**5.6.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Rui Pedro Segurado Cid Alves:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou da Direcção da Associação de Pais da Escola Cata-ventos e venho, vou falar da permanência da CPCJ dentro do estabelecimento. CPCJ para quem não sabe é a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada, uma instituição muito importante, o ano passado teve mil e cem casos, processos, portanto bastante activa. O Cerne da questão é que no decorrer da sua actividade promove



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

reuniões dentro da Escola Cata-ventos da Paz onde está o meu filho. Essas reuniões são com eventuais pedófilos indivíduos violentos que mal tratam os próprios filhos, mal tratam as crianças, pessoas negligentes, o pior da sociedade. Essas reuniões ocorrem durante aulas, o período lectivo, sendo que as crianças dessa escola são colocadas em perigo. A evidência deste perigo pode-se ver nos episódios que já aconteceram e continuam a acontecer. Temos adultos aos gritos a serem expulsos da escola, temos policias a entrar na escola a correr, nomeadamente a brigada de intervenção rápida, temos entrada de adultos nas salas de aulas a perguntar onde é que é a sala. Portanto, existe aqui uma situação em que se estão a colocar os lobos dentro das tocas dos coelhos. Há um histórico imenso desta Associação para com a ajuda de vários órgãos da Autarquia, nomeadamente treze missivas já foram efectuadas, várias reuniões, a resolução do assunto tem vindo a ser protelada, sendo neste momento fala-se que há um projecto de obras, a CPCJ irá para o Feijó, ou seja, mas no fundo este assunto já foi protelado tantas vezes, achamos por bem vir aqui sublinhar mais uma vez a urgente resolução do mesmo. No fundo passaram dois anos desde que iniciámos a chamada de atenção para isto e o mesmo não foi resolvido. Gostaria assim de responsabilizar desde já os órgãos que aqui estão para qualquer eventualidade que venha a acontecer com uma criança dentro daquela escola.

Para além disso houve medidas mitigadoras, colocação de um porteiro, essas medidas não deram em nada, nomeadamente no retirar da CPCJ, mitigaram o problema mas de forma muito leve, um porteiro, muitas das vezes são Senhoras e as Senhoras não têm capacidade de lidar com homens adultos irados. Damos assim à Associação de Pais um prazo limite até final do ano para que este assunto seja resolvido."

**5.7 -** Usou da palavra a Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Rosário Quintas, residente na Charneca de Caparica.

**5.7.1 -** A Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Rosário Quintas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia gostaria de colocar aqui algumas questões a V. Ex.<sup>a</sup> para podermos ouvir algum esclarecimento se assim o entender.

Na Assembleia de Freguesia somos constantemente informados quer pelo Sr. Presidente da Junta, quer pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, de que a Sr.<sup>a</sup> Presidente não responde sistematicamente às questões que quer um quer outro levam ao seu conhecimento, e parece-me que é de facto uma sensação estranha porque entendemos que do diálogo franco e aberto entre a Junta de Freguesia e a Câmara naturalmente, os fregueses das várias Freguesias ganharão e também aqui consequentemente a Freguesia da Charneca. Uma outra questão que também chega até nós com muita frequência e habitualmente nos diversos relatórios trimestrais do Sr. Presidente da Junta, tem a ver com a questão da limpeza, e aí quer por escrito, quer verbalmente, também nos é dito frequentemente que a Junta de Freguesia recolhe x toneladas de aparas e de monos e por ai adiante, e que a Câmara recolhe muitíssimo menos dando a ideia que a Junta de Freguesia faz muitíssimo mais do que lhe compete e que a Câmara não faz, fica muito aquém daquilo que são as suas competências. E também aqui era bom ficarmos elucidados, de facto o que é que compete à Câmara e o que é que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dentro dessa competência o que é que a Câmara faz. Também aqui na última Assembleia ouvimos com alguma surpresa a informação por um lado importante, porque foi reconhecido que a Presidente ainda vai resolvendo alguns problemas da Freguesia. No entanto tem uma característica que procura igualar no tratamento todas as Freguesias. Também gostaria de ouvir aqui o seu esclarecimento tendo em conta que de facto pensamos que não poderemos tratar da mesma forma uma Freguesia que tenha um quilómetro de área, outra que tenha dois quilómetros, e neste caso concreto a Charneca de Caparica com mais de vinte e dois quilómetros, com um número de habitantes que cresceu nos últimos tempos, aliás penso, não sei se estou a dar um dado completamente correcto, mas que poderá ser a única Freguesia do Concelho nas próximas eleições, irá aumentar quer o número de eleitos para a Assembleia, quer o número de eleitos para o Executivo da Junta e portanto parece-nos que esta Freguesia com esta dimensão, com esta área geográfica tem de facto que ter um olhar diferente, tem que ter um olhar e uma prática diferentes.

Por último Sr.<sup>a</sup> Presidente e porque o tempo é muito pouco gostaria também de lhe dar nota porque aqui um outro Munícipe que falou antes de mim não teve tempo ou não se lembrou de o dizer, ao nível da Assembleia de Freguesia nós pretendemos e estamos a tentar criar as condições para o fazer, pretendemos promover uma Sessão Pública para podermos discutir num diálogo também franco e aberto, que nos parece urgente as questões que envolvem o IC 32. E vamos naturalmente convidar porque é um parceiro importantíssimo a Câmara Municipal, e gostaríamos portanto de dizer à Sr.<sup>a</sup> Presidente que contamos naturalmente com a parceria e com a participação da Câmara nessa Sessão Pública quando ela for realizada."

**5.8 - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Matias, residente em Almada**

**5.8.1 - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Matias:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais uma vez me dirijo a esta Assembleia Municipal para dar voz ao Almada Atlético Clube, e faço-o neste momento na qualidade de Sócio. Na Assembleia Municipal de dia 4 de Fevereiro de 2011, dirigi-me a vós para denunciar a forma como a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e Sr. Vereador Matos se relacionaram com o Movimento Associativo em geral e com o Almada Atlético Clube em particular. Não querendo voltar a repetir a minha intervenção nesta Assembleia Municipal, gostaria de voltar a pôr a questão. A Sr.<sup>a</sup> Presidente e o Sr. Vereador Matos prometeram há três anos um relvado sintético para o campo nº 2 do Almada Atlético Clube, fundamentado pela procura exponencial que o Almada teve para a prática do futebol nos escalões de formação. Essa promessa foi reiterada em vésperas das eleições autárquicas de 2009, junto de elementos da Direcção. Passados dois anos essa promessa não foi cumprida, demonstrando a falta de respeito institucional pela colectividade, pelos atletas, pelos pais dos atletas e pelos associados. No entanto os dirigentes percebendo a necessidade não ficaram à espera, procuraram a solução e encontraram-na. Hoje o relvado sintético no campo nº 2 é uma realidade. Foi inaugurado no passado Sábado, com centenas de jovens a praticar a modalidade. Este novo equipamento deve-se ao esforço dos seus dirigentes e de um grupo de investidores e amigos do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Almada Atlético Clube. Depois de encontrada esta solução, existia a necessidade de requalificar o espaço envolvente que está num estado bastante degradado sendo solicitado pela Direcção esse apoio à Câmara Municipal. O Sr. Vereador Matos pediu à Direcção do Almada Atlético Clube que fosse entregue um Orçamento com o valor total da requalificação, A Direcção entregou o Orçamento solicitado no valor de dezoito mil euros. Este foi indeferido pelo Sr. Vereador Matos fundamentado por falta de verbas. Depois de voltar a centrar esta questão, permitam-me concluir, que o fundamento destas decisões não são a falta de verbas, mas sim uma questão de prioridades. E vou dar três exemplos que confirmam o que disse anteriormente. Todos conhecem a Academia Almadense, uma Colectividade centenária do nosso Concelho, em 2006 foi transferido da Câmara para a colectividade trezentos mil euros para requalificar o antigo Teatro contíguo ao novo edifício, era então Presidente dessa colectividade o Sr. Osvaldo Azinheira que é o actual Assessor da Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara. Volvidos cinco anos o edifício encontra-se na mesma. Um segundo exemplo, este bastante singular, os SMAS e a ECALMA financiaram o Partido Comunista através da Festa do Avante tendo sido celebrado um contrato que terá investido em publicidade. E o terceiro que me parece muito caricato, a Câmara de Almada adquiriu no passado mês de Junho a uma ourivesaria do nosso Concelho relógios de ouro, no valor de trinta e um mil novecentos e quinze euros. Por isso estes exemplos definem bem as prioridades da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Matos. E a argumentação da falta de verbas é pura demagogia. A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara quando afirmou na Assembleia Municipal de 4 de Fevereiro que a Câmara financiou parte do Pavilhão, o relvado nº 1 ou qualquer benfeitoria nas instalações, sim, é verdade Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas estas são as suas competências e é uma obrigação sua para com o movimento associativo.

Para finalizar, deixe-me que lhe diga que é muito censurável do ponto de vista democrático justificar o incumprimento de uma promessa com o trabalho já realizado. E permita-me também que lhe diga Sr.<sup>a</sup> Presidente, que a Sr.<sup>a</sup> Presidente e o Sr. Vereador Matos têm uma visão distorcida do funcionamento do Movimento Associativo em virtude de parte deste ter sido capturado por estruturas partidárias locais ligadas à Sr.<sup>a</sup> Presidente. Quero também dizer-lhe que com ou sem o apoio da Câmara o Almada construirá o seu futuro alicerçado na dimensão do seu passado.

Viva o Almada Atlético Clube."

**5.9** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Fernando Fitas, residente na Amora.

**5.9.1** - O Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Fernando Fitas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Durante cerca de seis anos vim com regularidade assistir aos trabalhos deste Órgão, hoje venho aqui noutra qualidade que não a de Jornalista, embora não deixe de ser Jornalista, porque quem é Jornalista uma vez é a vida toda. Mas porque o Jornal onde eu trabalhava foi extinto, eu cessei funções e à semelhança do que tenho feito com outros Órgãos e Instituições do Concelho apresentei os meus cumprimentos e é nessa qualidade que aqui venho também, porque entendo que a Assembleia Municipal deve merecer o mesmo tratamento que todas as outras instituições e entidades do Concelho.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portanto, venho aqui agradecer a colaboração que sempre tive de parte das diversas bancadas que constituem este Órgão, foi muito gratificante do ponto de vista profissional e do ponto de vista pessoal o contacto que tive convosco, o apoio que me dispensaram ao desempenho da minha actividade e venho formular-vos votos de bom trabalho e apresentar-vos os meus cumprimentos."

**5.10** - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

**5.10.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal

"Srs. Deputados Municipais;

Penso que em nome da Assembleia Municipal posso manifestar-lhe o agradecimento pela deferência que teve."

**5.11** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Rogério Luís Silva Oliveira, residente no Laranjeiro.

**5.11.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Rogério Luís Silva Oliveira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho aqui a esta assembleia com uma finalidade embora com mais algumas questões.

Sendo eu inquilino e ao mesmo tempo representante do prédio da rua Luís de Camões bloco C no Laranjeiro, gostaria de saber o que se passa com o 2º esquerdo deste prédio, uma vez que o seu inquilino já faleceu a algum tempo, e que eu saiba quando assim é a casa volta para a câmara, neste caso tal não aconteceu

Continua a ser habitada de vez em quando por um neto de 20 anos mais ou menos e faz da mesma pensão, ou seja nunca vai sozinho, vão vários e várias.

Como se isto não bastasse é uma barulheira às tantas da manhã, não deixando ninguém descansar, quando não são os que para lá vão são os outros aos gritos a chamar.

E esta semana foi o descalabro, o jovem foi lá numa noite e não conseguiu abrir a porta do prédio, como não estava sozinho foi embora, na noite seguinte voltou, e novamente não conseguiu abrir a porta com a chave, e então abriu-a de outra forma, e sabem como: pois a pontapé.

Ora bem de manhã quando me telefonaram a contar o que se tinha passado, chamei as autoridades que identificaram o autor de tal ato. Agora pergunto eu: quem se vai responsabilizar pelo arranjo da porta?

Quando foi colocada esta porta eu informei que quem estraga pagava, todos concordaram, mas aqui nada se pode fazer uma vez que não são inquilinos do prédio,

Por isso responsabilizo a câmara por este e outros atos, como degraus partidos pedras de corrimão soltas etc.

Tem piada que sobre o corrimão que eu pedi para o r/c por causa das pessoas de idade nunca foi posto porque não havia dinheiro, mas no prédio ao lado puseram, pois para ai já houve dinheiro, há para uns e para outros não, se temos corrimão na escada tive que o mandar fazer e coloca-lo e quem pagou eu e mais alguns.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É estranho que a câmara diga que não tem casas para tantos pedidos que recebe e eu acredito que assim seja, e tenha uma casa de 3 assoalhadas entregue a um jovem que vai lá quando lhe apetece, e sabendo-se que a mãe é inquilina em outro local, peço desculpa mas cheira-me a qualquer coisa.

Não me basta o aborrecimento causado por certas pessoas que lá vivem há muitos anos, e outras que caíram ali de pára-quedas há meia dúzia de dias vamos lá saber porquê? quanto mais ter que ouvir as pessoas sobre este assunto e a me pedir satisfações sobre o mesmo

Isto e outras coisas mais, já que a câmara nada tem feito a não ser arranjar um representante de prédio e ele que resolva as coisas.

Também era importante saber porque só alguns prédios é que têm iluminação, e não todos?

Agradecia que me informassem do que se passa para que os moradores possam ser informados.

Já agora Sra. Presidente da câmara era muito importante que houvesse mais iluminação na estação de metro da Fumega porque quem por lá passa antes das 7 horas da manhã arrepia-se mesmo com luz, quanto mais sem luz nenhuma, e poupar sim mas a segurança das pessoas em primeiro lugar."

**5.12** - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão.

**5.12.1** - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria deixar uma palavra de saudação aos dirigentes do Vitória Clube das Quintinhas e à população da Charneca. Vitória Clube das Quintinhas cujas instalações onde nos encontramos foram construídas com muita vontade e muito empenho dos dirigentes e dos associados contando exclusivamente com o apoio da Câmara Municipal e sem qualquer outro apoio que não o da nossa Câmara.

De facto foi preciso algum tempo para concluir o que aqui está mas é muito, é preciso saudar o Movimento Associativo com a sua Câmara Municipal vai paulatinamente alargando a sua rede de equipamentos em resposta aos associados e às populações. Esta é a política do nosso Município, trabalhar com as instituições e erguer obra, projectos em benefício das populações.

Também queria deixar uma palavra de felicitações à Assembleia Municipal e aos Munícipes pelo interesse que a Assembleia Municipal tem para os Munícipes, Munícipes que vêm da Costa, que vêm do Laranjeiro, que vêm de Almada Centro à Assembleia Municipal na Charneca e naturalmente os próprios moradores na Charneca que aqui estão todos. Acho que é muito importante sublinhar este aspecto porque nem sempre as Assembleias Municipais merecem tanto interesse dos nossos cidadãos. Queria deixar nota então de que nós temos aqui situações que têm a ver com preocupações dos cidadãos com alertas e temos outras que são pontos de vista, são algumas situações colocadas que por interposta pessoa, quando temos ideia de que através dos interlocutores directos os assuntos têm vindo a ser devidamente tratados e com toda a correcção e com um relacionamento institucional e pessoal extremamente construtivo.

Eu então começava pelas questões da iluminação pública. Eu penso que é uma questão séria, uma questão que tem a ver naturalmente com duas vertentes, uma vertente que é da iluminação por si, das



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

questões que aqui foram também colocadas do ponto de vista dos encargos e outra que tem a ver de facto com questões de segurança. Nós hoje em dia, todos os Municípios Portugueses e na Área Metropolitana de Lisboa também, estamos confrontados com este problema. E é uma questão que está a ser objecto de discussão dentro da própria Junta Metropolitana de Lisboa e não só. Reuniões ao mais alto nível com a EDP, com todos os Administradores da EDP, que ao nível da Área Metropolitana, quer dentro dos próprios Municípios e o diálogo com os responsáveis regionais e locais relativamente a esta matéria. E cada um de nós está a fazer o seu caminho, muitas vezes coincidente, muitas vezes diferente tendo em conta as diferentes realidades. A grande questão que nós temos hoje pela frente é o brutal aumento do IVA e o brutal aumento do preço da tarifa, e não é só na iluminação pública, é na iluminação pública, paga-se o mesmo na iluminação pública que se paga dentro dos edifícios municipais ou na nossa própria casa, isto é muito grave. Eu penso que esta questão está também a preocupar-nos muito, e naquilo que diz respeito à despesa municipal é elevadíssima como também é nas empresas, como também é nas nossas casas, tem que nos preocupar, tem que nos preocupar. Eu penso que é para aqui que nós temos que dirigir de alguma maneira também a nossa atenção, a nossa preocupação e a nossa rejeição.

Eu queria dizer que a Câmara de Almada em 2011 vai ter que reforçar no que diz respeito aos encargos com energia eléctrica e gás, qualquer coisa na ordem de um milhão e duzentos mil euros, acima disso, e com o aumento do IVA que começa amanhã dia 1 de Outubro, a mesma verba no próximo ano tem que ser acrescentada de mais seiscentos mil euros. Portanto temos pela frente uma brutalidade no que diz respeito ao aumento da tarifa, ao aumento do IVA, e já se fala em aumento na tarifa, mais aumento na tarifa, isto é uma questão muito séria, isto não é para afastar a questão da iluminação pública, não é. Agora, nós introduzimos dentro dos nossos edifícios, por todo o lado, nos SMAS, na Câmara um conjunto de medidas de poupança, também substituindo luminárias, mudando contadores, etc., etc.. Também o fizemos.

A EDP tem vindo a fazer algumas mudanças relativamente ao tipo de lâmpada, mas é paulatino, é à medida que as substituições são necessárias e é assim que vão caminhando.

A EDP naturalmente explora a rede de iluminação pública e cobra à Câmara Municipal o preço da luz, da iluminação pública. Ora bem, os nossos serviços com as medidas tomadas alcançaram uma redução do consumo muitíssimo elevado. No entanto a factura é brutal e nós temos que garantir muitas coisas, não vale a pena falar dos relógios de ouro entregues aos trabalhadores pelos seus vinte e cinco anos, ou de outras coisas dessa natureza. Nós também temos que garantir os ordenados dos trabalhadores, nós também temos que garantir as refeições às crianças, nós temos que garantir uma série de coisas. O que é que nós fizemos? Eu gostava aqui, sei que há uma Moção e que havemos de ter tempo mais para discutir esta matéria, mas não sei se os cidadãos que aqui estão hoje estarão no momento em que a Moção vai ser discutida. O que é que se fez? Foi fazer uma avaliação de qual é o valor horário que nós no nosso Município gastamos com a iluminação pública, e como é que nós conseguíamos relativamente a isto, avaliando a hora de ponta da manhã e a hora de ponta do anoitecer, como é que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nós conseguíamos poupar no amanhecer e na hora do anoitecer alguma coisa, com preocupações de segurança e com preocupações com os cidadãos. E chegámos à conclusão que através dos relógios astronómicos, que é naturalmente um relógio que funciona em função da latitude/longitude relativamente ao Astro Sol, através da introdução de quinhentos e muitos pt's neste Concelho que a EDP naturalmente teria que fazer e fez, era possível fazer esta regulação. Portanto, a hora de acender as luzes ou de apagar as luzes não é a mesma durante todo o ano, ela está correlacionada com exactamente em cada dia a nossa posição longitudinal e em relação ao Astro. E portanto hoje pode ser seis horas e trinta, amanhã seis horas e quarenta, no outro dia seis horas e quarenta e cinco. Portanto o que é que nós verificámos? Nós temos estado atentos a tudo isto, temos uma relação com a EDP no sentido de indicar onde é que há, onde é que pode haver situações diferentes. Porque por exemplo na minha rua e em Almada o que acontece é que pela manhã, é às seis horas e trinta, por volta das seis horas e quarenta que as luzes se desligam. No princípio do Verão as luzes ligavam à noite por volta das nove horas, agora já ligam às sete hora e quarenta e cinco. Portanto não há aqui uma hora fixa. Há de facto este mecanismo que funciona e naturalmente que isto é uma questão importante. A EDP também está atenta. Isto não foi posto tudo ao mesmo tempo, porque era impossível resolver no mesmo dia quinhentos e trinta pt's, e portanto este processo foi sendo introduzido ao longo dos meses, hoje já está tudo a funcionar da mesma maneira. Portanto, se aqui nesta Freguesia ou nesta rua desta Freguesia há uma situação diferente nós estamos a comunicar à EDP, para que a EDP faça a verificação no respectivo relógio astronómico, no sentido de se perceber se houve alguma falha humana. A EDP está crente que não, mas é necessário naturalmente fazer essa verificação. Não é nos quinhentos e trinta, mas é em função daquilo que as populações colocam. Também com as próprias Forças de Segurança esta articulação é feita para perceber se ao fim do dia aquela meia hora que ainda é dia, não é noite escura, se há questões de segurança, se há problemas verificados, quer nas áreas da GNR, quer das áreas da PSP, e também da parte da manhã, a informação que nós temos até hoje é que, e temos um acompanhamento regular, não temos nenhuma situação verificada. Portanto, queria aqui dizer aos nossos concidadãos que nós também somos todos vítimas das medidas que por ai estão a ser tomadas num contexto da chamada crise. Todos estamos a ser vítimas, todos. E a nossa Câmara Municipal, naturalmente em defesa de todos tem naturalmente que tomar as medidas, não medidas cegas, medidas de introdução na perspectiva de resultados, mas de monitorização dessas mesmas situações de modo a que a todo o tempo as questões prioritárias que são a vida das nossas populações estejam a ser acompanhadas. Queria também deixar nota que em relação à Estrada 377 nós estivemos aqui na Charneca, fizemos uma primeira abordagem, deixamos nota que era uma primeira abordagem que o trabalho técnico iria ser desenvolvido, que iríamos ter outros momentos de abordagem desta mesma questão, não dissemos que no dia seguinte era possível, dissemos que neste processo era muito importante que houvesse a participação das populações. E também dissemos que esta questão da 377/1 só poderia ter, havendo dinheiro, só poderia ter intervenção com projecto feito depois do IC 32 a funcionar. Foi isto que nós dissemos e é isto que nós mantemos, nas Opções Participativas foi isso que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aqui dissemos. Queria deixar nota de que esta Estrada não há muitos anos passou para a Câmara Municipal, e há muitas no país que ainda são estradas nacionais como esta e que ainda se mantêm na Estradas de Portugal, nós aqui entendemos que era mais proveitosa para a população poder passar para a Câmara e tem-se revelado que assim é, porque felizmente alguma coisa foi feita, não tudo aquilo que é necessário e queremos que seja feito, mas mais do que se tivesse na posse da Estradas de Portugal.

Queria deixar nota de que o Sr. Pedro Pereira de Almada, deixou aqui algumas recomendações, tomamos nota delas, naturalmente que vamos ver, ter em relação àquilo que entende que não é suficientemente abordado no boletim em relação à Charneca, quer esta questão que aqui deixou sobre a retirada das viaturas, fiquei com a nota.

Eu queria dizer que não tenho motorista particular para a minha vida particular. Eu só tenho motorista para as minhas funções públicas, mais nada do que isso. Não tenho motorista para a minha vida particular. Tenho motorista para as minhas funções públicas como é de Lei e como qualquer pessoa que exerça as minhas funções tem. Eu não uso e creio que os meus colegas também não usarão, mas cada um fala por si. Eu falo por mim.

Queria também deixar aqui nota que em relação à CPCJ, eu estive há dias no Cata-ventos da Paz inaugurando o Jardim de Infância dos Cata-ventos da Paz. Lá houve intervenção da Associação de Pais, etc., fiquei um bocadinho admirada com a intervenção deste nosso Município aqui, mas registei, naturalmente que me irei identificar. É evidente que as pessoas preocupam-se, não ponho isso em causa, mas não temos razões, nós também, os nossos técnicos participam na CPCJ e não temos razões pelo menos que me tenha chegado relativamente a perigo para as crianças. Mas vou-me identificar. Para o Feijó, penso que sim, o Vereador penso que estamos a trabalhar para transferir para o Feijó a CPCJ, na medida que houve ali várias áreas que vagaram naquela zona da Rua Professor Luís Gomes, penso que é por aí, mas enfim depois falaremos.

Peço desculpa aos restantes cidadãos de não responder, não tenho tempo."

#### **5.12.2 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome do Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista uso a palavra e gasto o tempo a que tenho direito no sentido de afirmar aqui duas ideias que me parecem importantes serem afirmadas neste momento. A primeira ideia é de que a Democracia não é uma construção perfeita e acabada de uma vez por todas. A democracia deve ser vista como um ser vivo que é necessário ser acarinhado e que é necessário criar condições para que todos os dias cresça e se afirme. Não basta à democracia haver órgãos representativos, haver eleitos, não basta isso. É necessário criar cada vez mais espaços de participação para os cidadãos, de forma a que os cidadãos também tenham possibilidade de utilizar o espaço público para mostrar as suas preocupações e para expressar os seus anseios e a Sessão de hoje penso que foi muito rica, não necessariamente porque cada um de nós tenha gostado muito do que foi dito, mas porque as pessoas afirmaram os seus pontos de vista com liberdade, com convicção e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

contribuíram dessa maneira também para enriquecer a nossa vida pública e a democracia no nosso Concelho.

Queria também com a economia de tempo que é exigida referir uma das preocupações que foi mais insistentemente referida, que é a questão da iluminação. A segurança dos cidadãos não se consegue apenas com mais polícia e com esquadras, é importante haver polícia, é importante haver esquadras, mas é importante também encontrar outros modos, outros processos organizacionais de utilização inteligente de recursos que permitam melhorar a segurança e aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos. A iluminação é fundamental, nessa perspectiva não há segurança no meio urbano, não há segurança nos meios com características mais rurais sem que a iluminação cumpra o seu papel de iluminar os nossos espaços e nos proteger também por sermos vistos. E portanto tem de haver outras soluções, há soluções tecnológicas, há soluções de utilização de recursos diferentes, é possível conseguir poupanças, é possível conseguir ganhos sem pôr em causa um bem fundamental que é o bem da segurança dos cidadãos."

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.1** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais José Oliveira (apresentando Moção/Deliberação "A Luta dos Trabalhadores"), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação "Contra a extinção de Autarquias Locais"), Vítor Barata (apresentando Moção/Deliberação "Sobre a situação de segurança no Concelho de Almada"), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação "Pela Defesa do Acesso aos cuidados de Saúde"), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação "Por mais e melhores transportes públicos a preços socialmente justos"), António Salgueiro (apresentando Moção/Deliberação "EDP e iluminação"), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação "Pelo Prosseguimento de investimentos estruturantes"), Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação "Sobre a educação no Início deste Ano Lectivo"), Luís Varela Pais (apresentando Moção/Deliberação "Arco Ribeirinho Sul"), José Gabriel Joaquim (apresentando Moção/Deliberação "Quinzena de Dança de Almada"), Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação "Investimentos estruturantes para o Concelho de Almada"), Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação "As medidas do Governo agravam as condições de vida dos portugueses"), Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação "Publicidade Festa do Avante"), António Maco (apresentando Moção/Deliberação "Por uma mobilidade segura"), Luísa Ramos, José Joaquim Leitão, Fernando Pena, Manuel Braga, Miguel Salvado, Luís Varela Pais e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

**6.1.1** - O Sr. Deputado Municipal José Oliveira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Luta dos Trabalhadores

Na sequência de décadas de políticas de degradação das condições de vida dos Trabalhadores para favorecer a maximização dos lucros e a centralização e concentração da riqueza, e que o memorando



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

assinado entre o PS/PSD/CDS e a UE/FMI/BCE aprofunda brutalmente, destruindo os direitos fundamentais dos Trabalhadores e da própria Democracia.

O governo PSD/CDS corta cada vez mais nos salários e pensões e reduz direitos fundamentais, como o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho com direitos e a condições de vida dignas, para pagar a voracidade e agiotagem dos mercados financeiros.

Para implementar tais políticas, o governo utiliza a redução da despesa pública para encerrar ou eliminar serviços e organismos públicos, com brutais reflexos imediatos no emprego dos Trabalhadores da administração pública e por consequência na prestação de serviços essenciais à população.

Por outro lado, são também os Trabalhadores da administração pública os primeiros a sofrer os efeitos de outras medidas em curso, como novo corte nos salários, e agora, também, nas pensões, em que a alteração do regime de contratos de trabalho, o alargamento do período experimental, a facilitação na cessação dos contratos e redução dos direitos profissionais, a desregulamentação e o aumento dos horários de trabalho, entre outros, complementam a dimensão da ofensiva.

Pretende ainda o governo reduzir em cerca de 50 000, o número funcionários públicos até 2015.

O Governo do PSD-CDS tenta assim aproveitar a situação de crise em que a política de direita seguida por sucessivos governos colocou o País, para promover um ajuste de contas com os direitos, liberdades e garantias constitucionais conquistados com a Revolução de Abril.

É neste quadro que a primeira resposta à ofensiva, será dada pelos Trabalhadores nas Manifestações convocadas pela CGTP para o próximo dia 1 de Outubro, em Lisboa e no Porto, e que reflectirá o elemento impulsionador ao combate organizado, firme e determinado a tais políticas desastrosas para os Trabalhadores o Povo e o País.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2011 delibera:

- 1) Manifestar firme oposição a quaisquer iniciativas que prevejam a redução do número de trabalhadores dos serviços públicos em geral e da administração local em particular.
- 2) Manifestar o seu apoio e solidariedade aos Trabalhadores em luta, manifestando ainda a convicção de que a melhoria das condições de vida e de trabalho são factores determinantes para o progresso e desenvolvimento da sociedade e o aprofundamento da democracia.,
- 3) Apelar à participação dos Trabalhadores e da População de Almada, na Manifestação convocada pela CGTP- Intersindical Nacional, para o próximo dia 1 de Outubro em Lisboa, contra o empobrecimento e as injustiças; pelo emprego, salários, pensões e direitos sociais."

#### **6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Contra a extinção de Autarquias Locais

Considerando que nos termos da Constituição da República Portuguesa, o Poder Local Democrático é parte inalienável da arquitectura do Estado Democrático, dotado de órgãos próprios democraticamente eleitos, investido de poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face aos outros



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

órgãos que integram o edifício constitucional, submetendo-se apenas à Constituição e às leis, e ao Povo.

Considerando que as Autarquias Locais se assumem como um dos pilares da democracia, chamando a intervir um número muito alargado de cidadãos na gestão local da “coisa e da causa pública”, promovendo e criando oportunidades efectivas de participação dos cidadãos nas decisões que directamente lhes dizem respeito, desenvolvendo a sua acção própria de forma aberta e transparente, promovendo acções concretas que se traduzem em contributos decisivos para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em domínios tão importantes como a salubridade, as acessibilidades e mobilidade, o acesso à educação, o acesso à cultura e o acesso à prática desportiva, entre muitas outras.

Considerando que o Poder Local Democrático detém, nos termos da Constituição e das leis da República, atribuições e competências exclusivas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade.

Considerando ainda que o Poder Local Democrático é repositório e testemunho vivo de tradições culturais e sociais centenárias (milenares no caso de muitas freguesias), no seio das quais se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade comunitária local, e da própria identidade nacional que os integra na sua multiplicidade.

Considerando que ao mesmo tempo que o peso do Poder Local Democrático nas contas públicas é residual, a sua capacidade de investimento na melhoria concreta das condições de vida das populações se traduz em mais de metade do investimento público português realizado, mesmo com uma participação na receita total de impostos cobrados no país inferior a 10%, como a Associação Nacional de Municípios Portugueses vem sublinhando com ênfase e muita oportunidade em múltiplas ocasiões.

Considerando que a eficácia, mas também a seriedade e a coerência de qualquer reforma da organização administrativa deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

1. Reafirmar que não obstante a exiguidade dos recursos públicos que são afectos ao Poder Local Democrático, esses recursos são geralmente aplicados de forma exemplar, desempenhando as Autarquias Locais um papel essencial e insubstituível na contínua promoção de melhores condições de vida local, assegurando a maior parte do investimento público indispensável ao progresso local, ao combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, a acções que contribuem para atenuar os efeitos da crise, em particular os reflexos sociais mais negativos que a aplicação das duríssimas e injustas medidas de austeridade em curso está a impor aos portugueses.
2. Afirmar a sua convicção de que a eventual extinção de autarquias locais representando apenas um contributo muito diminuto na redução da despesa pública, significará em contrapartida, uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

substancial redução da qualidade de serviços essenciais prestados às populações, para além de constituir um inequívoco empobrecimento da vida democrática local e nacional.

3. Repudiar com veemência qualquer intenção de extinguir autarquias locais que se traduza:

- a) Na pura eliminação ou fusão de freguesias ou municípios;
- b) Numa qualquer forma de engenharia política e eleitoral que retire às autarquias locais o essencial daquilo que as constitucionalmente caracteriza – os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a sua parte dos recursos públicos essenciais à sua missão nas condições de autonomia previstas na Constituição da República;
- c) Na tentativa de decapitação da capacidade de intervenção concreta das autarquias locais ao serviço e em benefício das populações pelo brutal condicionamento da estrutura organizativa de cada município (e naturalmente de cada freguesia), recentemente anunciada pelo Governo no quadro do pacote de medidas de “reorganização administrativa” de país.”

**6.1.3** - O Sr. Deputado Municipal Vítor Barata:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre a situação de segurança no Concelho de Almada

Considerando que a segurança de pessoas e bens é um dever do Estado e um direito das populações e que o policiamento de proximidade dá maior garantia de segurança aos cidadãos, assim como às instituições e a todo o tecido económico e social com reflexos positivos no sentimento de segurança.

Considerando os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança que registam designadamente que "... os efectivos das Forças de Segurança e da frota de viaturas não estão de harmonia com as necessidades crescentes. Os efectivos policiais reduzem-se de ano para ano sem reposição das saídas e as viaturas continuam em serviço para além do expectável e mesmo desadequadas às funções"

Considerando que desde 2007 e até cerca do meio do corrente ano embora a criminalidade participada às Forças de Segurança tenha diminuído, dava-se nota do aumento da criminalidade violenta e grave, acrescendo que os últimos três meses indiciam um surto preocupante de criminalidade e da criminalidade violenta, como vem dando notícia a comunicação social e é sentida cada vez mais pelos cidadãos.

Considerando também que o Ministério da Administração Interna, segundo informações do próprio Governo, não sofrerá de cortes orçamentais e irão sair da Escola de Polícia perto de mil novos agentes para a PSP e para a GNR;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 30 de Setembro de 2011, delibera:

- Reforçar a preocupação pela insuficiência de efectivos policiais e meios operacionais da PSP e GNR no Concelho de Almada, exigindo assim o reforço de agentes e meios policiais para o combate à criminalidade e em particular à criminalidade violenta e grave.
- Manifestar a absoluta necessidade de generalização a todo o Concelho do policiamento de proximidade ou comunitário (policiamento a pé), por forma a atenuar o sentimento de insegurança dos cidadãos que vem aumentando consideravelmente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Reafirmar que cada vez se torna mais necessário em instalação/construção do Posto da GNR no PIA/ Monte de Caparica, que atenda de perto e no meio da comunidade as reivindicações dos residentes da Freguesia e dos milhares de estudantes, em particular universitários da FCT/UNL, Instituto Superior de Ciências da Saúde Sul e Instituto Piaget.
- Apoiar a iniciativa dos Presidentes da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Almada, de solicitar uma reunião ao Senhor Ministro da Administração Interna, para exposição da situação."

#### 6.1.4 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pela Defesa do Acesso aos Cuidados de Saúde

Um dos pilares fundamentais do regime democrático construído após o 25 de Abril de 1974 foi, sem qualquer dúvida, a criação e desenvolvimento dos serviços públicos, onde se insere o Serviço Nacional de Saúde - SNS, sem o qual não seria possível garantir o acesso aos cuidados de saúde do povo português.

Esta conquista civilizacional, consagrada na Constituição da República, foi decisiva para colocar Portugal no caminho do progresso, onde se destaca a drástica baixa da taxa de mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida, ou ainda a melhoria da qualidade de vida das populações, também, pelo acesso generalizado aos cuidados primários de saúde.

É neste contexto que avaliamos e criticamos as políticas seguidas no SNS, de redução e desintervenção do Estado, assentes na lógica do "Estado Mínimo", com o estafado argumento da necessidade de cortar no "despesismo". Sobretudo quando, em nome da resolução duma crise que os especuladores criaram e não são chamados a pagá-la. Quando é crescente o agravamento, já insuportável, das condições de vida da esmagadora maioria dos portugueses.

Por mais que o Governo, e particularmente o Sr. Ministro da Saúde, venha dizer que os cortes drásticos no SNS são para a defesa do SNS, a verdade é que vão conduzir ao seu asfixiamento, com vista a entregá-lo aos que vêm na saúde uma oportunidade de grande negócio. E assim estão a impedir e a dificultar o acesso aos cuidados de saúde à generalidade das populações.

A leitura do que a Constituição determina é muito clara, o serviço público de saúde é um direito, o privado é uma opção.

Com efeito os aumentos das taxas moderadoras para as consultas e exames complementares de diagnóstico, a redução da comparticipação em medicamentos, os cortes nos transportes de doentes, a falta de condições em Centros de Saúde, a falta de médicos e enfermeiros de família, o agravamento das condições nas urgências hospitalares, caso do Hospital Garcia de Orta, impedem os utentes, de poderem aceder através do Serviço Nacional de Saúde aos cuidados de saúde e aos medicamentos.

É necessário a mobilização de todos para defender o Serviço Nacional de Saúde.

Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 30 de Setembro de 2011 decide:

1. Repudiar as políticas economicistas do Governo para o Serviço Nacional de Saúde que degrada e põe em causa a qualidade da prestação dos cuidados de saúde.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2. Reafirmar a necessidade da concretização da construção do Hospital no Seixal, única forma de resolver as graves dificuldades existentes no Hospital Garcia de Orta em Almada.
3. Insistir na urgência de afectar mais profissionais de saúde, designadamente, médicos de família e enfermeiros, bem como da construção de novos equipamentos, em terrenos já disponibilizados pelo Município de Almada.
4. Apelar à defesa do Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito."

#### **6.1.4.1 - Por mais e melhores transportes públicos a preços socialmente justos**

A concretização do direito e da necessidade à mobilidade das populações exige profundas alterações nas políticas governamentais seguidas e agravadas pelo actual governo.

De facto num quadro de maiores exigências e eficiências para a mobilidade numa área metropolitana, onde o concelho de Almada se integra, que concentra cerca de um terço da população nacional, os aumentos impostos a partir de Agosto último, os maiores de que há memória, (média de 15%, que resultou em algumas situações em aumentos de 25%), os ataques ao Passe Social Intermodal, acompanhados de diminuição na oferta de transportes, com cortes e supressão de carreiras, vão no sentido oposto às necessidades actuais e futuras da mobilidade. O governo penaliza os utentes, desincentiva o uso do transporte público e prepara o caminho para a privatização das empresas públicas do sector.

Em nome das crises, do país e das empresas, a orientação governamental do anterior governo, que o actual prossegue e intensifica, dirigida às empresas públicas para os cortes nos custos operacionais implica cortes de carreiras, como já se verifica na Transtejo nas ligações Trafaria - Porto Brandão - Belém - Porto Brandão - Trafaria. Mas o que escondem é o sub-financiamento crónico do Estado às empresas públicas do sector que as empurrou para a grave situação em que se encontram, apesar dos sucessivos aumentos insuportáveis para os utentes, ou a intenção de promover novos aumentos, conforme declarações recentes de responsáveis governamentais.

A isto acresce a quebra da universalidade do acesso ao passe social, na sua dimensão económica e social, imposta pela criação do chamado "passe social +" que afinal é destinado a uma percentagem residual da população, deixando de fora a esmagadora maioria dos utentes dos transportes públicos.

É na verdade pagar mais para ser pior servido!

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 30 de Setembro de 2011 manifesta a sua discordância com as políticas governamentais para o sector dos transportes públicos. Decide ainda exigir ao Governo:

- a) A revogação dos aumentos nos transportes públicos;
- b) A garantia da universalidade do acesso ao passe social intermodal, com a necessária actualização das actuais coroa, bem como o seu alargamento a todos os operadores, MTS e Fertagus, sem custos adicionais para os utentes.
- c) A melhoria das ligações fluviais entre as duas margens do rio Tejo, designadamente entre a Trafaria Porto Brandão e Lisboa.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

d) Efectivas medidas de apoio à recuperação das empresas públicas, o que passa, nomeadamente, por uma justa repartição das receitas do passe social intermodal e pelo atempado pagamento das indemnizações compensatórias."

#### 6.1.5 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

EDP e iluminação

O serviço público prestado pela EDP no concelho de Almada, está muito aquém do que se pretende para um serviço de excelência.

É do domínio público, que a manutenção da iluminação pública, é realizada ao abrigo de contrato estabelecido entre a Autarquia e a EDP á semelhança, aliás, do que ocorre com a maioria das Câmaras do país.

Na decorrência dessa contratualização, compete á EDP manter em funcionamento a rede de iluminação pública, proceder às respectivas manutenções e substituições de equipamentos, sempre que as circunstâncias o justifiquem.

Ora o que se vem verificando, é que nestas substituições nem sempre é seguido um critério uniforme, o que provoca o triste espectáculo que, por aqui e por ali, vamos vendo no nosso Concelho e que prejudicam a boa imagem que reclamamos para a Autarquia, e por vezes torna-se um problema um problema de iluminação pública, sobretudo em espaços urbanos, já de si bastante pobres e degradados.

Pelo contrário, em muitas outras Autarquias, estas situações não se verificam, porque certamente há a preocupação de que no decurso das negociações com a EDP, sejam salvaguardadas medidas que garantam critérios de uniformidade nas substituições dos equipamentos.

Se os interlocutores são os mesmos, Câmaras e EDP, não se entende porque é que o problema persiste em Almada!

Outra questão muito pertinente, prende-se com o facto de a iluminação pública na nossa Autarquia, ser desligada às 6 horas da manhã, quando ainda é noite cerrada!

Esta medida, constitui um verdadeiro problema de segurança pública dos cidadãos e está em contradição com os apelos das autoridades, para que as pessoas evitem frequentar lugares pouco iluminados.

Face ao exposto, a AMA, na sua reunião de 30 de Setembro de 2011, decide:

- Que a Câmara Municipal de Almada, com carácter de urgência, proceda á renegociação do contrato celebrado com a EDP, salvaguardando as questões abordadas na presente moção;
- Introdução de um critério de uniformidade, no que concerne á substituição de equipamentos;
- Revisão do horário de fecho da iluminação, de modo a que esteja salvaguardada a segurança dos Municípes."

#### 6.1.6 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Pelo prosseguimento de investimentos estruturantes

Tendo em conta a entrada em funções do novo Governo da República saído das eleições antecipadas de 5 de Junho passado, e as anunciadas opções políticas relativas aos investimentos estruturantes em curso e com reflexos no Concelho de Almada e na região em que este se insere, foi desencadeado por iniciativa do Município de Almada (Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal), como é do conhecimento público, um processo de contactos institucionais com os diferentes Membros do Governo envolvidos naqueles processos, em particular com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O objecto daquele esforço institucional é, naturalmente, procurar obter a garantia política de que serão prosseguidos os investimentos estratégicos e estruturantes em curso no Concelho de Almada, assegurando a sua plena concretização enquanto instrumentos essenciais para a promoção da melhoria das condições e qualidade de vida das populações, mas igualmente, face à sua dimensão, enquanto factores fundamentais para a promoção da actividade económica, do emprego e da criação de riqueza em geral.

Considerando a informação síntese prestada aos representantes de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre os resultados essenciais desta iniciativa municipal, sublinhando junto dos representantes da CDU, PS, PSD, BE e CDS-PP que, no quadro dos contactos realizados, a Sr.<sup>a</sup> Ministra assumiu que os objectivos dos projectos não estão em causa, colocando-se apenas a questão do respectivo financiamento.

Considerando que esta Assembleia Municipal se pronunciou já através de deliberações anteriores pela necessidade de assegurar a execução plena dos investimentos da responsabilidade da Administração Central já contratualizados e em curso no concelho de Almada, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

1. Reiterar a importância, significado e necessidade imperativa na concretização de investimentos e projectos estratégicos e estruturantes para o Concelho de Almada, para a Região e para o País em geral, destacando o Arco Ribeirinho Sul, o Programa Polis na Costa da Caparica e a Estrada Regional 377-2 – com traçado a acordar mas sem a qual o Programa Polis não poderá ser executado na sua plenitude –, e o IC 32/Circular Regional Interior da Península de Setúbal (CRIPS).
2. Sublinhar o significado e importância do diálogo institucional entre o Município e o Governo da República, desejando que prevaleça um espírito positivo e construtivo no quadro deste diálogo institucional, traduzido na criação das necessárias condições para que os investimentos referidos sejam plenamente concretizados.
3. Sublinhar, em particular, a importância do cumprimento integral do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Programa Polis da Costa da Caparica e investimentos complementares – entre outros, a extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica via Trafaria, e numa fase posterior o seu alargamento à Charneca de Caparica –, sublinhando igualmente que no caso concreto do Polis da Costa da Caparica todo o Programa é autofinanciável, considerando para o efeito,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nomeadamente, o valor comercial dos terrenos integrados no capital social em espécie, cedidos pelo Património do Estado e pelo Município de Almada.

4. Exigir, em conformidade, o integral cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado para que os referidos projectos sejam concretizados."

#### 6.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre a Educação no Início deste Ano Lectivo

A pretexto da crise e no contexto do programa de agressão imposto ao povo português, os cortes brutais realizados e perspectivados na educação agravam significativamente os traços mais negativos que se têm vindo a manifestar progressivamente neste sector: submissão ao economicismo, desinvestimento do Estado, menosprezo da escola pública – que deverá ser o garante da democratização e equidade no acesso e possibilidade de sucesso educativo devidos a todos os cidadãos – com consequências muito graves para o futuro do desenvolvimento económico do país, de que a educação é, indubitavelmente, componente estratégica essencial.

Em tempo de cortes cegos, que apenas salvaguardam os interesses dos beneficiados com a crise, a situação que se vive e perspectiva no sistema educativo português, também na sua componente escolar, é extremamente preocupante.

Num tempo em que aumentam os custos reais e directos com a educação e diminuem os rendimentos disponíveis nas economias familiares, a acção social escolar, em vez de se reforçar, diminui a capacidade de resposta aos mais carenciados. Em consequência, acentuam-se as já profundas desigualdades nas condições dos percursos escolares de muitas crianças e jovens, bloqueando acessos, promovendo abandonos, dificultando ou impedindo sucessos.

Centenas de escolas encerradas, em muitos casos sem diálogo a nível local, deixando um rasto de consequências negativas, muitas vezes sem qualquer benefício acrescido na qualificação dos processos de ensino/aprendizagem. Criação de mega-agrupamentos, a pretexto de pseudo-racionalização de recursos, ao arrepio de ensinamentos de experiências e práticas que evidenciam não ser esse o caminho para melhor educação. Muitas escolas encontram-se à beira de rupturas financeiras, com graves consequências na capacidade de responder de modo adequado e com qualidade aos desafios pedagógicos e mesmo no limiar de não poderem garantir o pagamento de despesas correntes básicas, factor agravado pelo estrangulamento das autarquias locais relativamente à possibilidade de cumprimento das suas competências específicas.

Degradação das condições laborais, precarização dos vínculos, despedimentos em massa, baixa de salários, congelamento de carreiras, definem a condição actual de todos os trabalhadores nas escolas.

Entre os professores, verifica-se o maior despedimento colectivo de que há memória, com 27 mil desempregados e 10 mil professores a menos nas escolas. Trata-se de uma profissão desvalorizada social e profissionalmente, com degradação acentuada das suas condições de trabalho, nomeadamente a nível de horários, com imposição de cargas burocráticas, progressiva diluição das competências de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

participação construtiva nas decisões pedagógicas, com graves prejuízos da tarefa fundamental que é o trabalho com os alunos. A estabilidade do corpo docente, indispensável ao qualificado exercício da função educativa, encontra-se posto em causa.

Existe um generalizado défice de auxiliares de educação, por contratos de trabalho não renovados e numa situação de precarização ilegal, admitida apenas a inserção pontual de trabalhadores no desemprego, mesmo que não tenham qualquer perfil para a função, e a auferir salários de miséria, nos fugazes períodos de tempo em que permanecem nos cargos. Como é óbvio, as consequências desta situação reflectem-se com gravidade na garantia dos serviços de apoio mais elementares, no aumento da insegurança, na qualidade global da actividade produzida, incluindo a lectiva.

Agravam-se as carências de técnicos de acção educativa e de funções especializadas (por exemplo, não há concurso para psicólogos desde 1997), com efeitos devastadores na prevenção e acompanhamento de casos problema, o que é particularmente grave no que respeita a alunos com necessidades educativas especiais, vítimas também do absoluto desrespeito pela sua inserção em turmas que excedam o legalmente admissível, quer em número global, quer dos próprios alunos que têm essas necessidades.

É óbvio que os anunciados cortes de 800 milhões de euros em 2011 e 500 milhões para 2012 constituem uma tragédia para a educação em Portugal, logo, para o futuro do país, desmentindo em absoluto na realidade a substância da propaganda oficial enroupada em conceitos de rigor, racionalização, exigência e qualificação ou da demagogia insustentável do “faremos mais com menos”.

Alterações curriculares, em particular no ensino básico, que abandonam o paradigma da formação integral do indivíduo, correlacionam-se com a estratégia crescente da mercantilização da educação, privatização do ensino e fragilização da escola pública, também no progressivo acentuar da separação das vias educacionais, uma para a formação de elites, outra para a produção de massas de trabalho, sendo já hoje empurrado para vias profissionalizantes desvalorizadas e desvalorizadoras um número crescente de estudantes provenientes das classes mais desfavorecidas.

Este contexto, em que a propagandeada “melhoria da aprendizagem dos alunos” é uma impossibilidade prática, quotidiana e crescentemente confirmada, não pode dissociar-se da situação de sujeição e esbulho a que os portugueses estão sujeitos e cujo pretexto acentua e agrava todos os problemas e todas as dificuldades. Crise, défice, educação e interesses de Portugal e dos portugueses exigem urgentes mudanças de rumo.

No início deste ano lectivo, em Almada, regista-se a entrada em funcionamento de quatro novos jardins-de-infância, em Cacilhas, Feijó e Laranjeiro, com capacidade para 320 crianças e colocando a resposta no Concelho ao nível dos 82%, considerado de excelência no contexto europeu. A EB Rogério Ribeiro, no Pragal, passou a ter uma biblioteca escolar. Arranchará a construção da nova EB da Charneca, com doze salas de básico e três de pré-escolar, cujo funcionamento está previsto para o próximo ano lectivo. Persiste a exigência ao poder central de suprir as carências em equipamentos na Charneca de Caparica e reafirma-se a intenção da Câmara Municipal assumir a construção do pavilhão gimno-



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desportivo da ES Francisco Simões, com base em protocolo a assinar com o Ministério da Educação. O cumprimento universal do apoio alimentar, apesar do enorme esforço que exige e que se agrava em tempo de constrangimentos, também para as autarquias, continua como um dos relevantes actos de apoio social.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 30 de Setembro de 2011:

1.

Considera que não pode continuar o desinvestimento na Educação e que no Orçamento de Estado para 2012 não deverão ser introduzidos cortes neste sector.

2.

Reafirma a Educação como direito constitucional de todos os cidadãos em condições de equidade e como recurso estratégico essencial ao desenvolvimento do País, considerando a necessidade de o Estado cumprir a tarefa central que lhe compete de garantir a qualidade da escola pública universal e gratuita.

3.

Congratula-se com todas as medidas que, nomeadamente ao nível do Município, têm vindo a ser tomadas com o objectivo de garantir melhor qualidade no funcionamento dos serviços educativos e saúde professores, técnicos e auxiliares de educação, encarregados de educação e autarcas que se têm empenhado nestas tarefas."

#### **6.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Arco Ribeirinho Sul

Tomou posse em 21 de Junho de 2011 o XIX Governo Constitucional, na sequência do claro mandato dado pelos Portugueses ao partido vencedor das eleições legislativas que decorreram a 5 de Junho de 2011, o PSD.

Mergulhado o país num difícil quadro macroeconómico europeu, constrangido pelo necessário conjunto de acções decorrentes do pedido de auxílio financeiro de 8 de Abril, a que nos obrigámos por via do descontrolo da dívida pública, empreende o governo eleito a necessária reestruturação das estruturas públicas.

Esta necessária e exigida reestruturação, visa em primeira instância dotar o país de uma mais eficaz rede de serviços públicos ao serviço das necessidades dos cidadãos, bem como cumprir as obrigações como país, perante os organismos internacionais, constantes do Memorando de Entendimento, tal como firmado pelo conjunto de partidos em quem mais de 2/3 dos portugueses depositaram os seus votos.

Sob o signo da carência de recursos financeiros exige-se que a utilização dos mesmos seja rigorosa e escrupulosamente identificado o binómio custo-benefício de estruturas orgânicas, agências ou empresas, em todo o território continental ou regiões autónomas, equacionando a racionalidade de custos incorridos ou orçamentados e respectivos contributos para a causa económica ou social.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Cientes de que existem meios sobre os quais se deverá seriamente rever e reflectir se são adequados aos fins a que se destinam, tomou o actual governo a decisão de extinguir a estrutura que servia até à data de veículo à prossecução da requalificação do Arco Ribeirinho Sul mantendo no entanto o compromisso também perante os autarcas, de que na essência este projecto será para manter, no objectivo a que a sua missão se propôs.

É de uma objectiva análise económica o facto de que se fossem cumpridos os primeiros 20 meses do seu mandato (Abril 2010 a Dezembro de 2011) ter-se-iam verificado custos de operação superiores a 1.8 milhões de euros (de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento 2010 e 2011) o equivalente a cerca de 36% do capital social da sociedade, inferindo-se portanto que a este ritmo (1.1 milhões euros /ano de custos) se esgotaria o respectivo capital de 5 milhões dentro de 3 anos, num projecto que se aponta com um ciclo de vida de pelo menos 15 anos.

Salvaguardado o objectivo de requalificação deste território de excelência irá certamente o executivo central em consonância com os actores locais encontrar uma solução de gestão que promova, numa linha temporal racional face à difícil conjuntura de investimento privado, a equilibrada relação entre os meios públicos e os fins a que os mesmos se destinam.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 30 de Setembro de 2011 delibera:

1. Reiterar o apoio à necessária requalificação do território identificado como Arco Ribeirinho Sul, e que engloba os terrenos outrora identificados da Margueira, Quimiparque e Siderurgia Nacional;
2. Face às boas práticas da gestão e aos dados publicamente conhecidos decorrentes dos planos de actividades e orçamentos, associar-se à decisão de extinção da forma de cariz societário e sua substituição por um veículo cuja estrutura vise a flexibilidade de decisão e a correspondente optimização de custos, assegurando sempre o envolvimento e a participação efectiva dos municípios abrangidos;
3. Apelar aos actores locais e da futura estrutura de gestão ao necessário envolvimento dos cidadãos e eleitos na divulgação dos futuros planos de gestão territorial e eventuais propostas realistas de investimento no quadro dos mesmos."

#### **6.1.9 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Joaquim:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quinzena de Dança de Almada

Assinalando a sua 19ª edição, a Quinzena de Dança teve início no passado dia 25, terminando no próximo dia 15 de Outubro.

Composta por espectáculos diversificados, a apresentar em equipamentos do nosso Município, mas também com presença em Sesimbra, em Odivelas e em Lisboa, o programa inclui uma mostra de coreógrafos contemporâneos, oriundos de 14 países, vários workshops, ateliers e aulas abertas, abrangendo todos aqueles que, sem prévio contacto com esta arte cénica, desejem participar e aprender.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Quinzena de Dança confunde-se com a Companhia que o organiza, e que neste ano comemora o seu vigésimo aniversário – apenas mais um que a Quinzena -, demonstrando o compromisso deste colectivo com a realização do evento.

Inclusivamente, a reconhecida qualidade internacional da Quinzena de Dança de Almada muito deve a projecção forjada pela Companhia, contando nos dias de hoje com cerca de seis centenas de espectáculos apresentados, assistidos por cerca de 90.000 pessoas.

Nesta repartição positiva de responsabilidades, onde a Companhia de Dança de Almada é artífice, cabe justa homenagem ao movimento associativo popular, aqui em especial a Academia Almadense, donde emanou o Grupo de Dança de Almada, embrião da Companhia.

As sementes foram lançadas e a cultura em Almada – com grande enfoque nas artes cénicas -, desenvolveu-se a par do crescente interesse do público, do alimento do seu conhecimento, da sua crítica e do seu aplauso.

A Quinzena da Dança de Almada tem sido um elemento de democracia cultural, que desejamos venha a ter condições para se desenvolver ainda mais, chegando a mais públicos e, consequentemente, reforçando essa componente democrática.

A Quinzena da Dança de Almada, premiando todos quantos nela trabalharam, em cada uma das dezanove edições, exigirá ainda mais daqueles que venham, em 2012, a erguer a sua vigésima edição, em mais um de já tantos anos de grandes constrangimentos financeiros, públicos e privados.

E mesmo com esses constrangimentos financeiros, só podemos congratular-nos por o nosso Município não ter desistido dos seus projectos culturais, mormente de munir os agentes culturais de condições físicas para o desenvolvimento dos seus projectos, atribuindo a Almada um papel cultural cimeiro no nosso país.

Assim será com o novo centro de dança, a instalar conjuntamente com a nova escola de música nas renovadas instalações do Cine-Teatro da Academia Almadense, permitindo que as quase duas centenas de alunos da Companhia optimizem as suas condições de estudo, lançando as sementes das futuras Quinzenas da Dança.

Por conseguinte, os membros da Assembleia Municipal de Almada, reunidos em sessão ordinária no dia 30 de Setembro de 2011, deliberam:

- a) Saudar a Quinzena da Dança e todos os que contribuem para a sua realização, fazendo-lhes votos de grande sucesso;
- b) Congratular a Companhia de Dança de Almada, todos os que nela trabalham, estudam e aprendem;
- c) Remeter congratulações à Câmara Municipal de Almada pelo apoio dado à Quinzena da Dança e pelos projectos que desenvolveu ultimamente em prol da cultura e da acessibilidade desta às populações do concelho, tendo-se já destacado o centro de dança."

**6.1.10** - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Investimentos estruturantes para o Concelho de Almada



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O presente Governo Constitucional iniciou funções há cerca de cem dias num quadro da maior crise financeira internacional e das obrigações de consolidação orçamental estabelecidas no Memorando de Entendimento entre Portugal e as organizações internacionais.

É de lamentar que o Governo PSD/CDS insista em acentuar medidas recessivas, aumentos de impostos recaindo quase exclusivamente sobre os rendimentos de trabalho e uma deliberada degradação dos serviços públicos.

Neste ambiente geral as medidas que têm um efeito negativo específico em Almada e na península de Setúbal são um claro exemplo de medidas precipitadas que afectam a competitividade e o crescimento acentuando os efeitos locais da crise nacional e internacional.

Refira-se os casos da suspensão do projecto do Arco Ribeirinho Sul, o propósito do Governo em cancelar o investimento na subconcessão de vários troços do Baixo Tejo, com particular destaque para a importância do IC32 para o nosso concelho, e ainda as indefinições associadas ao programa Polis para a Costa da Caparica.

A forma avulsa e pouco coerente como tem vindo a ser noticiadas estas intenções do governo, bem como aparentes avanços e recuos em algumas áreas, denunciam o facto de o Governo não ter uma perspectiva minimamente consistente da natureza do desenvolvimento que o país deve apostar e particularmente num distrito laborioso, de centralidade e essencial a uma estratégia de futuro, como é o distrito de Setúbal.

Afectar-lhe a mobilidade rodoviária, condicioná-la de forma grave, como parece resultar do cancelamento do investimento de troços não especificados do Baixo Tejo e afectar também de forma tendencialmente definitiva a perspectiva da realização de investimentos indispensáveis aos concelhos do arco ribeirinho e tão necessárias à área da chamada Grande Lisboa, não é um caminho adequado ao desenvolvimento económico e humano, cortando assim os horizontes do futuro do distrito e dos seus cidadãos, o que não se aceita.

Saliente-se que à volta destes projectos existia um amplo consenso ao longo dos últimos anos entre os Governos do PS, as autarquias locais e os agentes económicos regionais.

Em Agosto, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território anunciou a extinção da sociedade Arco Ribeirinho Sul, SA, e a suspensão do maior programa de reabilitação urbana em curso em Portugal. Alegando a falta de verbas, desconhecendo quer a dimensão e importância do projecto, quer o próprio horizonte temporal do mesmo.

Posteriormente o aparente recuo do Governo não pode por em causa o Plano Estratégico a desenvolver até 2028 devendo ser garantida a responsabilidade pela sua concretização o que não se coaduna com medidas inócuas como a fusão das sociedades Baia Tejo e Arco Ribeirinho Sul e a constituição de uma task force sem objectivos e poderes claros, que não visam mais do que o adiar a execução do mais importante plano de reabilitação urbana do país.

No que concerne ao Programa Polis, e apesar das visitas que os deputados do PSD e das promessas do Governo, a verdade é a extinção do gabinete Polis e a sua inclusão num organismo a criar -DGT-



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

cuja orgânica e competências nem são ainda conhecidas, apenas indiciam que tal como no caso anterior o governo apenas pretende, “ir empurrando com a barriga”, adiando assim a solução para aquele que é o maior Polis de Portugal, localizado numa das áreas mais nobres do concelho de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 30 de Setembro de 2011, delibera recomendar ao governo:

- . A concretização do projecto Arco Ribeirinho Sul com um modelo institucional eficaz dotado dos poderes necessários à sua concretização;
- . A concretização da conclusão do IC 32, como projectado;
- . A conclusão até 2017 do programa Polis da Costa da Caparica."

#### 6.1.11 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As medidas do Governo agravam as condições de vida dos portugueses

Nos próximos dias 1 e 15 de Outubro, espera-se uma participação massiva nas manifestações que serão realizadas em Lisboa, Porto e outras cidades do Continente e Ilhas, como prova de descontentamento e repúdio pelas medidas do actual governo PSD/CDS.

Depois do corte no 13º mês e do congelamento salarial nos próximos 2 anos, o governo comprometeu-se a aplicar outras medidas que atacam directamente o salário, como são os brutais aumentos no preço dos transportes públicos e das taxas moderadoras.

A partir do dia 1 de Agosto o preço dos transportes subiu em média 15%, chegando alguns aumentos até aos 25%. O governo do PSD/CDS alheio às consequências desta medida no rendimento das famílias, prepara-se para decidir ainda novos aumentos para o início do próximo ano.

Para quem reside nas periferias das grandes cidades, as dificuldades acumulam-se e agravam-se como bem sabem as populações do Concelho de Almada, e em geral de toda a margem sul do Tejo, que são obrigadas a pagar passes diferenciados para utilizar os comboios da Fertagus e do Metro Sul do Tejo em vez de ser concretizada a promoção da intermodalidade entre os diferentes operadores de transporte público (ferroviário, fluvial e rodoviário).

Ao mesmo tempo que aumenta o preço de produtos essenciais e dos transportes, agravando assim as condições de vida de centenas de milhares de portugueses que utilizam diariamente os autocarros, comboios e barcos para se deslocarem das habitações para os locais de trabalho, o governo recusa o imposto sobre as grandes fortunas, a taxação dos lucros da bolsa ou dos milhões de euros que vão para os paraísos fiscais.

Com as pessoas mais pobres, com menos consumo, mais desemprego e precariedade, com a vida cada vez mais cara, é impossível sair da crise.

As alterações à legislação laboral não resolvem os problemas do desemprego, antes contribuem para o seu agravamento assim como para a instabilidade das famílias e o aumento da precariedade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O governo do PSD/CDS antecipou também algumas das medidas que mais penalizam, como foi o aumento do IVA para o gás e electricidade.

Nas próximas semanas serão aplicadas outras medidas para aprofundar a recessão em que a economia portuguesa mergulhou. Muitos produtos que até agora eram taxados com 6% ou 12% de IVA, serão agravados para a taxa máxima de 23%, originando assim o aumento de muitos produtos indispensáveis para a vida das famílias portuguesas. (deixando o governo ainda a pairar a hipótese de abolição da taxa intermédia).

A decisão de acelerar os despejos dos inquilinos que já não conseguem pagar a renda de casa assim como a liberalização das rendas não pode deixar de merecer a oposição de todos aqueles que apresentam como alternativa a urgente reabilitação urbana que crie bolsas públicas de arrendamento com rendas controladas e sem o domínio dos fundos de investimento imobiliário.

A venda anunciada, a preço de saldo, de empresas como a EDP, CTT, GALP, REN, TAP e RTP, não contribuirão para minimizar o agravamento das condições de vida da maioria dos portugueses.

O governo quer vender a empresa pública Águas de Portugal e com isso entregar aos privados a gestão de um recurso natural limitado e um bem vital; com a privatização, a água ficará mais cara para os consumidores e haverá desinvestimento na sua qualidade, conservação e transporte, ou seja, em nome da racionalização de custos e da obtenção de lucros e mais-valias, põe-se em risco a saúde dos portugueses que passam a pagar mais por um serviço pior.

A proposta de Reforma da Administração Local apresentada pelo Primeiro-Ministro, significa um retrocesso pois impede a participação democrática das diversas forças políticas nos vários órgãos eleitos pelas populações e não augura nada de bom para as democracias locais.

Este conjunto de medidas vai continuar a arrastar o nosso país para a ruína, levando ao mesmo cenário que se vive na Grécia e é contra isto que temos que lutar.

A Assembleia de Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

1 – Pugar pela consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como direito de cidadania, garantindo o acesso de todas as pessoas à água potável como serviço público.

2 - Garantir a gestão da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população e das gerações vindouras.

3 - Reafirmar a oposição a todas as medidas do governo PSD/CDS que contribuem para o agravamento das condições de vida da maioria dos portugueses.

4 - Exortar à participação nas manifestações dos próximos dias 1 e 15 de Outubro e continuar a luta por melhores condições de vida, contra as medidas de austeridade e contra as suspensões de apoios sociais e a ausência de oportunidades de trabalho, na perspectiva de um futuro com dignidade."

**6.1.12** - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Publicidade Festa do Avante

No início do mês de Setembro chegou ao nosso conhecimento uma informação que, a consubstancia uma afronta ao princípio de gestão imparcial e criteriosa dos dinheiros públicos.

Chegou-nos ao conhecimento um folheto de programação ("Guia do Visitante") da Festa do Avante organizada pelo Partido Comunista Português (PCP), onde constam os SMAS de Almada e a ECALMA como anunciantes (patrocinadores?) desse meio de publicidade e ao lado de um outro anúncio de uma empresa cervejeira.

Não fosse já grave o momento de crise que o país atravessa. Não fosse já prudente, a todo o tempo, que as Autarquias, e as suas entidades empresariais, gerissem os bens públicos com imparcialidade, eficiência e sustentabilidade. Não fosse desde já exigido a todos sacrifícios na obtenção de um serviço público que exija menos impostos. Enfim, fosse neste ou noutro tempo, esta situação, a ser verdadeira, demonstra um total desrespeito pelo dinheiro público e um uso abusivo da imagem do concelho numa iniciativa político-partidária.

Que tipo de apoio existiu por parte destas entidades empresariais municipais a esta Festa do Avante? Quem decidiu e com que legitimidade legal? Que custos (financeiros ou outros) tiveram para o município (directa ou indirectamente)? Como é que é possível associar campanhas e imagem do município numa iniciativa partidária?

A estas perguntas exigem-se desde já respostas por parte da Presidente da Câmara Municipal de Almada, e serão estas perguntas que os Autarcas do PSD Almada (e também através dos deputados à Assembleia da República) fizeram e farão formalmente, não deixando de enviar para a Inspeção-Geral da Administração Local um pedido de investigação sobre esta situação.

Porque em política não pode valer tudo, e não queremos acreditar que o Secretário-Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, ficasse indiferente se este tipo de actuação fosse protagonizado por um outro autarca de um diferente partido.

Porque queremos que fique claro "como", "onde", "com quem", se gere a coisa pública.

Só assim respeitamos quem nos elege. Só assim respeitamos o dinheiro que é dos contribuintes. Só assim nos podemos respeitar a nós próprios e dar-nos ao respeito perante os outros.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 30 de Setembro de 2011 delibera:

1. Manifestar o desagrado pela presença de anúncios de empresas municipais em brochuras ou suportes de promoção de uma festa Partidária independentemente da força política que a organiza.
2. Que os responsáveis das duas empresas em questão esclareçam quais foram os montantes gastos e pagos ao partido organizador, qual o suporte legal e jurídico no qual se baseou a decisão para a publicidade ter sido feita e que possam ser disponibilizadas as copias das facturas dos pagamentos aos deputados municipais."

**6.1.13** - O Sr. Deputado Municipal António Maco:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Por uma Mobilidade segura

A Mobilidade e acessibilidades dos cidadãos dentro da cidade deverão ser sempre efectuadas em condições normais de segurança, tendo como finalidade o usufruto condigno e livre do espaço público e por quem nele circula.

É notório em Portugal o aumento da sinistralidade rodoviária causada pelas mais variadas razões, onde se destaca o excesso de velocidade e as manobras perigosas, mas também muitas das vezes, por negligência resultante de uma tímida e/ou desleixada política de mobilidade resultando daí acidentes com consequências graves e por vezes irreversíveis.

Numa altura em que se comemora mais uma Semana Europeia da Mobilidade deverá ser, firmemente, reforçado o direito do cidadão a uma mobilidade em perfeitas condições de segurança que passam, primeiramente, pela implantação na prática de medidas concretas, em alguns casos urgentes, em matéria de mobilidade e segurança rodoviária para que as mesmas não fiquem no papel apresentadas apenas como boas intenções.

Considerando os factos acima descritos, e com o intuito de minimizar os potenciais incidentes e acidentes que daí podem advir, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2011 na freguesia da Charneca da Caparica faz à Câmara Municipal de Almada a seguinte recomendação:

1 - Que a Câmara Municipal de Almada em conjunto e em colaboração com as juntas de freguesia do concelho de Almada, possam fazer um levantamento e diagnóstico exaustivo urgente acerca da sinalização vertical e horizontal nas freguesias do concelho onde se incluem as passadeiras com necessidades de manutenção, nomeadamente a sua visibilidade devido à falta de tinta, a falta de passadeiras em determinados locais como por exemplo perto de escolas, tal como a sua indicação vertical e horizontal indicando a sua proximidade.

2 - Que o mesmo levantamento possa ser feito junto de semáforos, identificando e localizando a falta destes tal como a verificação do seu estado de funcionamento, como também a necessidade de uma melhor sinalização de lombas e a falta de registo obrigatório de alguns sinais de trânsito como por exemplo no centro da cidade de Almada."

**6.1.14** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas apreciações sobre as Moções em discussão, e começávamos por esta última Moção dos Srs. Deputados do CDS. Nós consideramos que toda a argumentação da Moção é generalista, isto é, é em Portugal, é notório. Portanto é uma situação que ocorre em Portugal, um conjunto de situações que do nosso ponto de vista tem razão de ser. Todavia pensamos que uma vez que isto não está especificamente em concreto relativamente a nenhuma situação de Almada e até porque em Almada esta questão das sinalizações e das passadeiras, há de facto e é visível em muitas Freguesias um esforço no sentido da resolução dos problemas que ainda estão por resolver, nós retemos a preocupação mas não podemos votar favoravelmente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sem nenhuma hesitação obviamente que concordamos e votamos a favor.

Quanto à Moção do Partido Socialista nós vamos viabilizar esta Moção. Contudo temos necessidade de fazer algumas afirmações, que é desde logo alguns atrasos nas conclusões de alguns projectos e enfim, pensamos que na parte deliberativa a segunda deliberação que é "a concretização da conclusão do IC 32 como projectado, nós sugerimos que seja feita "de acordo com o Plano Rodoviário Nacional e Declaração de Impacte Ambiental", porque como todos sabemos a concretização desta IC 32 como projectado agora vai e está a levantar questões que nós não concordamos. E portanto as conclusões são justas no sentido de recomendar ao Governo a concretização do Projecto Ribeirinho Sul, do Polis da Caparica, mas esta questão do IC 32, objectivamente gostaríamos de saber se há disponibilidade do Partido Socialista de fazer esta correcção porque nos parece de muita importância o rigor do que se está a recomendar ao Governo. E portanto, que a concretização da conclusão da IC 32 seja de acordo com o Plano Rodoviário Nacional e Declaração do Impacte Ambiental.

Sobre as Moções do PSD, por facilidade de expressão vou chamar-lhe a Moção para a EDP. Nós efectivamente também temos críticas a fazer ao deficiente trabalho que a EDP faz, mas a verdade é que o fundamental, e quando se pretende introduzir aqui um factos que é a renegociação dos contratos, é preciso saber exactamente se o que nós precisamos é fiscalizar no sentido de que o contrato feito, celebrado seja efectivamente cumprido, se está ou não está a ser cumprido e a nós parece-nos que está, com falhas naturalmente e portanto não vemos razão nenhuma para que esse mesmo contrato seja renegociado. Por outro lado, Srs. Deputados eu não sei se os Srs. Deputados do PSD e já agora do Partido Socialista que juntamente connosco e seguramente com o Bloco de Esquerda estamos muito preocupados com a segurança das populações e também com as questões da iluminação. Eu não sei se os Srs. Deputados do PSD que são os autores desta Moção, não deviam começar desde logo por recomendar ao seu Governo que não aumentasse as tarifas de electricidade e não aumentasse o IVA para vinte e três por cento, ou que dotasse os Municípios e as Câmaras Municipais, com as verbas suficientes para efectivamente poder assumir estes encargos. Ora no mínimo isto parece das duas uma, não quero pensar que é desonestidade política, não vou por aí, mas também não me parece que seja seriedade estarmos a colocar uma exigência quando efectivamente os Srs. apoiam e fazem parte de um Governo que para as famílias, para as pequenas e médias empresas, para as autarquias, aliás eu não sei se os Srs. vão fazer a mesma recomendação ao vosso companheiro Macário Correia que já disse que em Faro vai fazer isso, ou noutras Câmaras do País que por facto do aumento brutal e pelo corte sistemático das verbas para as Autarquias locais com aquilo que se pensa fazer que é uma alteração à Lei da Lei do Financiamento para as Autarquias, se é de facto ajustado vir trazer esta Moção sem sequer um ponto crítico relativamente às razões objectivas que levam a estas necessidades.

Depois a questão daquilo que é a Moção para o Arco Ribeirinho neste caso Srs. Deputados, esta Moção, nós temos aqui alguma dificuldade em saber se a eficaz rede dos serviços públicos aos serviços das necessidades dos cidadãos, os Srs. fizeram esta Moção agora ou há não sei quantos anos atrás. É



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

porque de facto com os cortes aos serviços públicos como nós estamos a fazer, o estrangulamento das empresas públicas, o encerramento e a fusão de organismos, quer dizer, nós percebemos onde é que está a excelente e eficaz rede de serviços públicos das necessidades dos cidadãos. Também não sabemos quem é que tem as boas práticas de gestão e os dados publicamente conhecidos decorrente dos Planos de Actividades e Orçamentos, se é a Câmara Municipal nós estamos de acordo, se é o Conselho de Administração daquilo que os Srs. extinguiram isso eu também não sei, portanto são Moções que do nosso ponto de vista não têm o mínimo de cabimento para que nós possamos votar a favor.

Finalmente, Festa do Avante. Diz a Moção do PSD, "chegou ao nosso conhecimento uma informação", ó Srs. Deputados chegou ao vosso conhecimento uma informação? O programa da Festa do Avante é uma coisa que existe há muitos anos, seguramente os Srs., ou não foram pelo preconceito e é uma pena que não tenham ido, porque senão perceberam que eram dezenas e dezenas de milhares de pessoas e não são todas do PCP, e que obviamente podem e devem tomar contacto com um conjunto de Associações e de empresas e portanto sempre o Município de Almada fez isso. Ó Sr. Deputado não confunda uma coisa, é que quanto aos dinheiros públicos não se trata nem da Fundação Social Democrática da Madeira, nem sequer do Instituto Sá Carneiro. Não são coisas do mesmo estilo. E portanto Sr. Deputado a gente sabe que nós estamos a viver um estilo que já aconteceu nos Estados Unidos da América há muitos anos, aconselhava-o a ver um filme que é "Boa noite e boa sorte", do George Clooney. Talvez os Srs. estejam a voltar a inspirar na perseguição e no combate aos comunistas. Temos uma longa experiência nesse tipo de situações. E de facto Sr. Deputado o PCP não tem problema nenhum.

E já agora, o Sr. apresse-se com a queixa para a DGAL, olhe que o seu Governo vai extingui-la."

#### **6.1.15 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de dar alguns contributos relativamente a estes documentos em análise.

Eu penso que há aqui dois documentos que falam sobre a mesma coisa ou pelo menos procuram falar sobre a mesma coisa, um documento do PS e um documento do PSD, que diz por exemplo respeito à questão do Arco Ribeirinho Sul. Eu penso que votar favoravelmente a proposta do PS, que diz "A concretização do Projecto do Arco Ribeirinho Sul como modelo institucional e eficaz, dotado dos poderes necessários à sua concretização" é correcto. Não é correcto do meu ponto de vista aquilo que é proposto pelo PSD no seu segundo ponto, onde vai para uma coisa que não é coisa nenhuma, que pode ser uma articulação, uma cooperação, uma coisa que não funciona.

Gostaria aqui de dizer relativamente a esta matéria, os autarcas de Almada, Seixal e Barreiro têm estado a trabalhar com a Sr.ª Ministra da Agricultura, do Ambiente, do Mar e Ordenamento do Território, etc., e que há um trabalho em curso e um trabalho na base de uma grande abertura para ouvir os autarcas e vamos ver onde chegamos. Agora, é preciso que haja para o Arco Ribeirinho Sul uma entidade institucional que tenha aquele objecto para concretizar, podendo existir estruturas de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acompanhamento e alguma estrutura de apoio junto da Sr.<sup>a</sup> Ministra. Agora, para executar é absolutamente fundamental que haja um outro tipo de solução que não seja uma instância de coordenação de articulação, é uma empresa, é isso que tem que existir e penso que deixava esta nota até para a CDU se quiser ponderar.

Depois queria também dizer que relativamente a esta Proposta do Partido Socialista em que a CDU faz aqui a sugestão de na concretização da conclusão do IC 32, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional 2000, DIA e Avaliação de Impacte Ambiental, eu acho que é absolutamente fundamental que nesta Assembleia se reafirme aquilo que no fim de contas já dissemos em momentos anteriores, por unanimidade e também da parte da própria Assembleia. Portanto, deixava do meu lado esta nota no sentido também de contribuir na medida do possível para o esclarecimento.

Depois queria dizer que em relação, eu acho que há coisas que nem me atrevo a adjectivar. Mas acho que quando se entra em determinado tipo de coisas, não sei, acho que estamos a descer um bocadinho abaixo de nível, do meu ponto de vista. Com todo o respeito mas não posso deixar de dizer isto. Acho que quando se põe aqui o que se põe relativamente à participação da ECALMA e dos SMAS num documento, dizer também que a Câmara tem um anúncio há muitos anos no Programa da Festa do Avante, é público, toda a gente sabe, na Festa do Avante temos um stand há muitos anos. Não estamos escondidos e somos nós que vos dizemos, não mandem a Inspeção Geral da Administração Local porque vocês lá no vosso Governo já extinguiram, senão a carta vem para trás, é devolvida porque já não existe, já desapareceu. Portanto, eu só queria deixar esta nota porque acho isto absolutamente ridículo, mesquinho, que não tem qualquer sentido. Portanto, meus queridos amigos, vocês farão o que entenderem, mas eu também tenho voz e também naturalmente tenho pontos de vista. Permitam-me que em Democracia também tenho este espaço para expressar os meus pontos de vista. E portanto, deixo aqui, é bom que tenham presente que a Inspeção Geral da Administração Local já não existe, a carta será certamente devolvida. Agora, nós temos as portas abertas, venham as inspeções que vierem a gente fornece os papéis e haja quem veja. Podem mandar também o Programa da Festa do Avante, o stand, tudo isso, mandem tudo.

Depois também queria deixar nota e gostava de ajudar o Salgueiro a perceber o que existe a nível nacional é a concessão à EDP da iluminação pública. A EDP é a empresa a nível nacional que tem contrato de concessão com todos os municípios de Portugal, que foi negociado entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios, e o contrato é igual em todo o lado. Meu querido amido, o que a EDP substitui em Almada é a mesma coisa que substitui em Arcos de Valdevez ou seja onde for. E os contratos são todos iguais, não vale a pena a gente entrar também nisto, não vale a pena. Vamos lá esclarecer, vamos perceber as coisas e depois falamos naturalmente e pomos os nossos pontos de vista, mas com rigor. Eu acho que é uma questão fundamental. Isto é absolutamente claro. Todo o processo é um processo em termos centrais, a Associação Nacional dos Municípios, etc.. Nós temos um contrato para vinte e cinco anos, é um contrato que está em vigor e é para vinte e cinco anos, a nível nacional. Eu gosto muito de ajudar a conhecer, se falarem comigo antes eu também ajudo a que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

essas coisas possam ser melhor elaboradas. Queria dizer que não há aqui nada de desligar às seis, às cinco ou às quatro, há relógios astronómicos e hoje é numa hora, amanhã é noutra, não é assim tão linear. Eu não vou dar aqui nenhuma lição mas qualquer um de nós se minimamente quiser reflectir de forma séria perceberá, se há um astro, se o relógio é astronómico, se funciona em função da latitude e longitude do lugar face ao astro, não pode ser à mesma hora. Portanto, nós não dissemos à EDP, desligue a esta hora ligue àquela, não. O Relógio funciona em função do sol, e portanto é meia hora depois do pôr do Sol, e uma hora antes do nascer do Sol. E haverá muitos dias, basta mudar a hora e a gente já vai ver o que vai acontecer. Nós temos trabalho feito no nosso Concelho, projectos piloto no âmbito do Programa Best Energy, onde participam vários outros municípios europeus, uma rede europeia que está a trabalhar neste projecto em que nós estamos a fazer experiências piloto de um sistema inteligente de gestão da energia, que tem a ver com telegestão e que não é propriamente as leds mas os reguladores de fluxo. Isto de facto é técnico, é preciso ter alguma disponibilidade par ir perceber o que é que se está a fazer e a partir daqui se a EDP tiver financiamento do Estado, ou se a EDP tiver recursos próprios e quiser investir que podemos obter ganhos na ordem dos quarenta por cento, não é as leds, é com reguladores de fluxo em que isto é absolutamente possível nos troços que nós temos, no paredão da Costa, na Av.<sup>a</sup> 23 de Julho e em curso na Av.<sup>a</sup> Bento Gonçalves e já temos dados objectivos em que não precisa os trabalhadores lá irem porque é através de um sistema de telegestão que se tem acesso aos resultados que se podem fazer as medições, etc., etc.. Portanto isso custa entre catorze e quinze milhões de euros no nosso Concelho. Mas não é um investimento a fazer pela Câmara Municipal, obviamente. A EDP tem uma rede e isto não é estar contra ou a favor da EDP. É o normal da vida. A EDP tem uma rede, com essa rede vende energia, portanto a EDP obviamente tem responsabilidades relativamente à rede. O que é que é aqui necessário colocar? É a EDP que faz o investimento ou é o Governo que entende, isto é tão importante do ponto de vista da redução dos gases de efeito estufa e das outras políticas que estão para ai a ser estudadas, porque isto é altamente vantajoso, nós temos dados que nos dizem que com um sistema desta natureza criado em todo o Concelho, nós teríamos na ordem de cerca de um milhão de euros de poupança, claro que o retorno do investimento há-de-se conseguir a prazo. Agora, não é o Município que deve investir, e mal andam os Municípios que fazem investimento na rede pública da EDP com os dinheiros públicos e isso não deve ser feito, porque isso é financiar a EDP com aquilo que é o dinheiro de todos e a EDP tem a sua lógica, tem o seu negócio. Vende a luz eléctrica em termos de iluminação pública, portanto tem que assegurar a rede, tem que a conservar e tem que naturalmente fazer os investimentos de modernização e que levem a uma gestão também do ponto de vista ambiental. Nós estamos com este projecto e naturalmente apresentaremos à EDP, com a nossa Associação Nacional de Municípios. Este é um projecto único em Portugal, é aqui no nosso Concelho que este projecto está a ser feito e que nos vai permitir dizer o caminho é este, com este projecto nós conseguimos estas poupanças do ponto de vista do consumo e da factura, mas também da rentabilização da energia que é fornecida através deste



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sistema. Portanto o que deixo é um desafio para que haja coragem de fazer este desafio ao Governo que manda também, que tem o seu poder na EDP."

**6.1.16** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou-me pronunciar sobre, não necessariamente sobre cada uma das Moções, cada um dos textos apresentados, mas sobre um conjunto de ideias que no fundo atravessam muitos deles e podem ser referidas de forma mais transversal.

Os textos que foram apresentados pelas diferentes bancadas, foram muitos assuntos, mas em muitos deles se reflecte a nova conjuntura política que se vive em Portugal nesta segunda metade do ano 2011. É uma conjuntura caracterizada por uma alteração significativa do modo de ver a sociedade e as políticas públicas na sociedade portuguesa. Vivemos num período de crise internacional gravíssima, um período de crise ao nível europeu muito significativa, a crise das dívidas soberanas é uma situação nova que preocupa obviamente os europeus e o mundo. Perante esta situação de crise generalizada, o PSD avança com um conjunto de medidas caracterizadas por uma concessão ultraliberal, uma concessão de destruição das conquistas fundamentais do povo português construídas e consolidadas ao longo dos últimos trinta e cinco anos, e aquilo que é preciso afirmar aqui é muito claramente o seguinte, vivemos num período de crise, é necessário um esforço de equilíbrio das finanças públicas, é necessário um esforço para se conseguir viabilizar o financiamento das Finanças e da Economia Portuguesa, mas não é indiferente a perspectiva que se tenha perante este esforço que é necessário fazer, não é indiferente ter uma perspectiva ultraliberal ou ter uma perspectiva que valoriza a coesão social e a justiça social. Penso que os próximos tempos vão afirmar e penso que isso será um aspecto positivo na política portuguesa que em política não são todos iguais e que em política também não há um pequeno grupo de extrema esquerda que considera que todos os outros traem os trabalhadores e agem de igual maneira. Vai haver uma clarificação política e essa clarificação política penso eu que pode e deve ser aproveitada no sentido de afirmar os valores fundamentais do Portugal de Abril e de uma perspectiva progressista e solidária que favorece a coesão social. E portanto a nossa votação nos vários textos vai ser balizada por esta ideia que é de que vivemos numa situação em que se justifica a preocupação dos trabalhadores, se justifica que os movimentos sociais, que os grupos sociais que têm uma perspectiva progressista estejam preocupados e mobilizados, mas também não se deve aceitar que com base nessa preocupação, nesse alarme social se afirme princípios que são objectivamente contra os interesses do povo português de recusa da tomada das medidas que ... o País perante a comunidade internacional no que diz respeito às finanças públicas e à economia. Portanto, vamos ter uma postura equilibrada, uma postura que distingue o essencial do acessório e sempre que for possível associarmos a um texto, por esse texto globalmente frisar, assentar em ideias positivas fa-lo-emos sem valorizar excessivamente aquilo que nos pode dividir. Aliás essa tentativa de criar condições para que se possa convergir no essencial leva-nos a que estejamos abertos, a que o nosso texto que apresentamos sobre três investimentos públicos no Concelho que é de extrema importância e extremamente decisivos para



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o futuro do Concelho, o Polis da Costa da Caparica, o IC 32 e o Arco Ribeirinho Sul, relativamente a esses três projectos, no que diz respeito ao nosso texto aceitamos a sugestão apresentada pela CDU para que possa haver de facto convergência nessa matéria.

Uma última nota sobre a questão suscitada sobre a publicidade relativamente à Festa do Avante. De forma muito objectiva gostava de dizer o seguinte, aquilo que motiva uma entidade a fazer publicidade é chegar a um determinado público para conseguir determinado benefício. A dificuldade que eu tenho é a de perceber que benefício é que a ECALMA e os SMAS podem ter para o seu funcionamento ou para a sua posição de mercado com esta publicidade institucional. Ora se a ECALMA e os SMAS não têm nada a ganhar com esta publicidade institucional no suporte da Festa do Avante, tem obviamente de se considerar legítimo que se questione a utilidade de fazer esta publicidade num período em que de facto os esforços devem ser feitos no sentido de distinguir o essencial do acessório, não gastar dinheiro, não desperdiçar dinheiro, não desperdiçar recursos onde não é necessário. E portanto, esta nota também deve ser dada aqui e ficar presente nesta reunião."

**6.1.17** - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Umhas breves notas, a primeira para assinalar a inconsistência crescente da bancada da CDU quando tem de votar um texto CDS. E portanto assistimos hoje a um exercício perfeitamente inútil, vale mais assumir que votam por princípio contra. Não vale a pena é tentar arranjar argumentos que não têm um mínimo de consistência. Mas ironia das ironias, eu desconfio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Ramos, no seu texto de segurança se, se foi inspirar em algum texto antigo do CDS-PP, e teremos todo o gosto em subscrever esse texto, no passado se calhar os Srs. chamariam de secundário e repressivo. Em relação à Moção da Festa do Avante eu acho que tem que ficar aqui muito claro o que motivou e o que motiva ano após ano e a Sr.<sup>a</sup> Presidente diz que é uma coisa habitual, o Município e as empresas do Município a fazerem, a gastarem dinheiro em publicidade num acontecimento que é exclusivamente partidário. Porque não pode haver confusão entre a autarquia e o partido, não pode haver confusão entre dinheiros públicos e jeitinhos aos camaradas de Partido.

Depois há textos que francamente parecem saídos de alguns livros infantis em que tudo corre bem e são felizes para sempre. Textos que parecem reflectir um Portugal rico, cheio de recursos e com dinheiro para fazer tudo, tudo gratuito, tudo á disposição de todos. Porque afinal parece que não se dão conta da realidade do País e não dizem o que fariam no lugar do que está a ser feito. Mas eu desconfio que sei o que fariam porque a história conta-nos aquilo que foram os modelos comunistas, os modelos socialistas e aquilo que resultou de miséria, de pobreza, de repressão de liberdade individuais para os povos. Portanto, eu desconfio que a alternativa era essa. Depois eu agradeço os conselhos da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara quanto ao sentido de voto dos Deputados Municipais. Tenha dúvidas que seja esse o seu papel de vir aqui dar conselhos à Assembleia Municipal quanto ao seu sentido de voto."

**6.1.18** - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O sentido de voto do Bloco de Esquerda será muito simples, votaremos favoravelmente a todas as Moções apresentadas pela CDU; votaremos favoravelmente a Moção apresentada pelo PSD relativamente à EDP, sobretudo não obstante a Sr.<sup>a</sup> Presidente poder ter razão no que diz, é fundamental que se perceba que os cidadãos têm razão. Está escuro de manhã, está escuro à noite, não podemos pedir aos cidadãos para se deslocarem eles, a tentar renegociar algo que está negociado entre a Câmara Municipal e a EDP, directamente com a EDP. Nesse sentido votaremos favoravelmente a Moção apresentada pelo PSD, votaremos também favoravelmente a Moção apresentada pelo CDS-PP. De facto a sinalética precisa de ser revista em alguns pontos da Cidade, não só a questão da rodovia, mas também a vertical. Relativamente à Moção apresentada pelo PSD sobre a ECALMA e os SMAS, não obstante, podemos ter algumas reticências relativamente à forma, o conteúdo parece-nos adequado e portanto votaremos favoravelmente. Relativamente à Moção apresentada pelo PS, sobre os investimentos no Município, desde que aceitem a alteração e pelos vistos já aceitaram, iremos votar favoravelmente. Por fim relativamente à Moção do PSD sobre o Arco Ribeirinho, iremos votar contra. Não só porque ficámos estupefactos com alguns dos considerandos que estão aqui apresentados e que estão aqui escritos, de facto o papel permite que se escreva tudo nele, mas sobretudo porque de facto subscrevemos uma visão diferente que não esta, assente em acordos de cavalheiros."

#### 6.1.19 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Realmente esta discussão tem coisas curiosas, faz-me lembrar aquele ditado de "faz o que eu te digo, não faças o que eu faço", e é esta a filosofia da CDU actualmente. Porque não há dinheiro para a iluminação pública por causa do IVA, por causa do Governo, por causa disto, por causa daquilo. Mas há dinheiro para patrocinar a Festa do Avante. A iluminação pública é um bem fundamental para as pessoas, e quem não compreende isto não percebe. E a Sr.<sup>a</sup> Presidente não é dona de toda a sabedoria, porque há aqui muitas pessoas nesta Assembleia que sabem se calhar mais desse assunto até do que a Sr.<sup>a</sup> Presidente. E é curioso como é que se anda pela Cidade de Almada e se vê ruas inteiras às escuras quando está escuro, e não me venham falar do relógio, porque o relógio não serve de desculpa. Já agora, eu pergunto para que é que serve aquela Agência que a Câmara criou a AGENEAL, o que é que faz? Para que é que serve? Sinceramente. As pessoas continuam às escuras e esta é a verdade, e não há nenhuma justificação que diga às pessoas que às seis da manhã têm que ir trabalhar, que têm que ir com uma lanterna na mão porque não vêem o chão. E isto acontece. Mas isto também é política, as pessoas andarem de lanterna na mão agora também deve ser política, é da crise, só pode ser.

Outra coisa, em relação à publicidade da Festa do Avante eu pergunto o seguinte: sendo a ECALMA uma empresa que já é deficitária, é curioso como ainda tem dinheiro para isto. E realmente aqui o nosso Colega Courinha Leitão disse e com razão, qual é o objectivo desta publicidade? Que eu saiba os SMAS e curiosamente tem o monopólio das águas em Almada. Qual é a pretensão? É trazer pessoas para o Concelho de Almada para consumirem a água? É isso? Sinceramente, para quê?



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Todos nós sabemos o que é que se passa. Aquele espaço estava vazio, a Super Bock comprou o terceiro, os outros dois estavam vazios, alguém tinha que os encher. É uma forma de financiar a Festa. Está dito. E não é uma publicidade. É publicidade porque dá jeito justificar que é publicidade. Porque a verdade não é essa, todos nós sabemos. Não queremos é ver, alguns, outros vêem.

#### **6.1.20 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Era só para dizer que da nossa parte estamos à disposição para mostrar todo o trabalho da Agência Municipal de Energia, todos os projectos feitos e os seus resultados. Acho que é importante conhecer primeiro antes de fazer apreciações pejorativas e acho que se esta Agência é reconhecida a nível nacional e internacional seria muito mau que os Deputados Municipais no nosso Concelho não a conhecessem e sobre ela tecessem considerações incorrectas. Também queria deixar aqui muito claro que nós não brincamos com a segurança das pessoas, nem brincamos com estas matérias que são extremamente importantes para a vida dos cidadãos. E o que nós temos dito é que nós estamos a monitorizar este processo. Este processo é um processo que está em observação, só a partir do final do mês de Agosto é que os 530 Pt's ficaram todos a funcionar ao mesmo tempo. Também disse aqui que a própria EDP está a verificar se há ou não há insuficiências na regulação dos relógios astronómicos em função da, penso que cinco ou seis dezenas de situações de cidadãos que fizeram chegar dizendo onde moram e a que horas é que a luz é apagada. Portanto, isto está a ser monitorizado e também com as próprias Forças de Segurança. Portanto nós não brincamos com isto, e não vale a pena nós estarmos aqui a comparar um anúncio com uma poupança de energia eléctrica meus queridos amigos, não é disso que se trata, quando nós falamos que temos que aumentar seiscentos mil euros, temos um milhão e duzentos em gás e em energia, e seiscentos mil em energia eléctrica só da iluminação pública isto não tem a mínima comparação com um anunciozinho num quadradinho, numa publicação num guia da Festa do Avante. Não vale a pena, isso é demagogia, não se compare o que é incomparável. E também queria dizer que um anúncio relativamente aos Serviços Municipalizados, houve aqui uma Moção em defesa da água pública, afinal os SMAS fazem sessenta anos e não é preciso divulgar que há aqui uma empresa pública municipal que tem o ciclo urbano da água a cem por cento e que precisa de ser defendida por todos os cidadãos deste País, e na Festa do Avante são milhares e milhares e centenas de milhares que lá vão, do País inteiro e nós achamos que é preciso defender a água pública e ali está também a nossa mensagem, sessenta anos de água pública, ciclo urbano da água e com resultados positivos ao nível da gestão e para a nossa população, e muito mais havia a dizer, para mostrar as contradições de tudo isto e das diferentes posições sobre esta matéria que muitas vezes se tomam."

#### **6.1.21 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nada é de surpreender quando esta é a primeira Assembleia Municipal depois da tomada de posse do novo Governo, e portanto eu vou também tecer em nome da bancada do PSD algumas considerações



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de carácter genérico sobre as Moções, após a qual adiantava desde já e pedia ao Sr. Presidente uma interrupção de dez minutos se assim o entendesse como é natural, para podermos reunir também e decidir a nossa intenção de voto relativamente a algumas destas Moções.

De forma muito genérica o que é certo e o que é verdade é que o PSD partido maioritário nestas eleições, chegou neste momento ao Governo e chegou neste momento ao Governo e infelizmente alguns dos Srs. Deputados nossos colegas têm aquilo que às vezes acontece quando se deixa de estar no poder que é a amnésia selectiva. Amnésia selectiva muitas vezes acontece nestas situações e que é aquela amnésia que nos leva a esquecer que no dia trinta de Setembro, que por acaso foi hoje, portanto é uma amnésia recente, nós ficámos a saber que afinal o deficit o famoso deficit que era previsto ser de 7,7% do primeiro semestre deste ano afinal é de 8,9%, ou é também a amnésia colectiva que nos faz esquecer que andamos durante anos e anos a pedir às entidades bancárias para financiarem a nossa dívida, para financiarem a nossa emissão de dívida fazendo com que esse volume de financiamento não chegasse à nossa economia. Também é preciso termos um pouco de amnésia colectiva para nos esquecermos que estas criticas que são agora colocadas foram também assinadas por baixo na altura em que em desespero de causa infelizmente o Governo de Portugal teve que pedir ajuda externa. Mas infelizmente como eu disse há pouco esta amnésia colectiva é natural e pode ser explicada pelo facto de que também houve aqui uma alteração de políticas, porque essas políticas que hoje nós advogamos são as políticas da boa gestão, da boa gestão e da racionalidade, são as políticas de dizer a verdade, são as políticas de não mascarar com power points, nem mascarar com festividades, nem com mascarar com anúncios de grandes projectos, nunca venham a acontecer.

Relativamente à questão do Arco Ribeirinho Sul, só uma breve nota para indicar que a intenção da Moção que foi por nós apresentada, foi no sentido de ressaltar as evidências que são bastante claras, de que a estrutura societária e não a estrutura tipo societária e talvez o erro da Moção que estava neste momento em vigor, não ser aquela que melhor cumpre os objectivos da causa pública. Acho que é simples de avaliar de que o Orçamento que tem vindo a ser orçamentado para os próximos anos, na medida em que o Capital Social da Empresa era de cinco milhões de euros, rapidamente ia ser esgotado. Eu penso que a Sr.<sup>a</sup> Presidente até compreende e concorda com alguma destas situações, se bem que muitas vezes a bancada da CDU de forma marcadamente ideológica se tem revelado frontalmente contra, como seria normal, contra o capital, como já foi aqui muitas e portanto não seria de esperar outra questão. Mas o que é certo é que felizmente ou enfim há sem dúvida os nossos decisores não pensam da mesma maneira, e tal que me atrevo aqui a falar um pouco sobre aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente disse à Comunicação Social à saída da reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura. É preciso que se concretize e é preciso ousar promovê-lo fora de Portugal e da Europa, é preciso ir mais longe, ter ambição de captar investidores que têm dinheiro porque o dinheiro não acabou. Estes investidores, é o capital."

**6.2** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 6.2.1** - A Moção/Deliberação "A Luta dos Trabalhadores", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Oliveira, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria).
- 6.2.2** - A Moção/Deliberação "Conta a extinção de Autarquias Locais", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria).
- 6.2.3** - A Moção/Deliberação "Sobre a situação de segurança no Concelho de Almada", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vítor Barata, foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.4** - A Moção/Deliberação "Pela Defesa do Acesso aos Cuidados de Saúde", apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD, e do CDS-PP).
- 6.2.5** - A Moção/Deliberação "Por mais e melhores transportes públicos a preços socialmente justos", apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP).
- 6.2.6** - A Moção/Deliberação "EDP e iluminação", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, do BE, e do CDS-PP).
- 6.2.7** - A Moção/Deliberação "Pelo prosseguimento de investimentos estruturantes", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

**6.2.8** - A Moção/Deliberação "Sobre a Educação no Início deste Ano Lectivo", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria).

**6.2.9** - A Moção/Deliberação "Arco Ribeirinho Sul", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais, foi rejeitada por maioria com trinta e seis votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria e do BE), cinco votos a favor (de eleitos do PSD) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).

**6.2.10** - A Moção/Deliberação "Quinzena de Dança de Almada", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel Joaquim, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

**6.2.11** - A Moção/Deliberação "Investimentos estruturantes para o Concelho de Almada", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos e emendada com o aditamento proposto pela CDU e aceite pelo PS, pelo que o 2º ponto deliberativo tem a seguinte redacção: "A concretização da conclusão do IC 32, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional e a Declaração de Impacte Ambiental", foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**6.2.12** - A Moção/Deliberação "As medidas do Governo agravam as condições de vida dos portugueses", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**6.2.12.1** - Declaração de voto do CDS-PP:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

"A votação contra a moção apresentada pelo Bloco de esquerda, cujo título é indicado por "As medidas do governo", deve-se á discordância com o texto introdutório e com os pontos 3 e 4 da parte deliberativa.

No entanto, o Grupo Municipal do CDS concorda com os pontos 1 e 2, relativos à garantia de um serviço público de água potável, que deve permanecer sob gestão municipal."

**6.2.13** - A Moção/Deliberação "Publicidade Festa do Avante", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, do BE e do CDS-PP).

**6.2.14** - A Moção/Deliberação "Por uma Mobilidade segura", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, do BE e do CDS-PP).

**7** - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Fernando Pena; Manuel Batista e Sérgio Taipas para apresentares declarações políticas.

**7.1** - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada, decidiu por unanimidade, constituir uma Comissão Eventual, sobre a situação laboral e profissional de um trabalhador dos SMAS em concreto o Sr. Eng.º Jorge Abreu.

Na origem desta decisão estão as acusações que nos remetem para a existência de assédio moral ao referido trabalhador.

Ora, por considerarmos que a questão do assédio moral é um grave problema com implicações não só nas relações laborais e profissionais, mas também na vida pessoal e social de quem dele é alvo, não tendo infelizmente uma caracterização clara nem mecanismos penalizadores no nosso quadro jurídico-laboral, entendemos ser da maior relevância a constituição de tal comissão e, por isso votámos favoravelmente.

O objecto da comissão é claro: Elaborar um relatório final que reflecta os factos apurados, após a audição de um conjunto de pessoas, bem como na análise de documentos relacionados com a situação referenciada.

Nessas audições estão os membros da comissão investidos do poder de fazer perguntas, no sentido de obterem os esclarecimentos que entendam necessários.

Tal relatório servirá depois de base a decisões que não são do seu âmbito, uma vez que, tais poderes não lhes estão cometidos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Até ao momento, a Comissão Eventual realizou 2 reuniões.

Era suposto e, mandam as mais elementares regras de funcionamento das comissões desta natureza que as discussões aí ocorridas ficassem no seu restrito espaço até à elaboração do relatório final.

O que aqui quero reprovar e, permitam-me o desabafo, condenar classificando falta de ética é a forma como esta discussão se tem vindo a fazer transformando-se num autêntico processo persecutório onde a calúnia, a chantagem e diria mesmo o ódio são utilizados em autênticos relatórios reproduzidos nas redes sociais nomeadamente no Facebook

Exemplifico:

A 2ª reunião da Comissão realizou-se no dia 17 de Setembro (sábado), tendo começado às 15:00 e terminado às 21:00. No Domingo dia 18, pelas 14:00 já o Facebook, dava conta do que se tinha passado na reunião com afirmações que ninguém proferiu e com acusações veladas e inaceitáveis.

Posso concluir que quem as faz não está interessado no apuramento de quaisquer factos, pois até parece que há muito que tem opinião formada sobre o assunto e não desejam sequer ser confrontados com dúvidas ou perguntas.

Entre outras afirmações e provocações refiro apenas algumas: "Indignação e Revolta" são os únicos sentimentos possíveis ao saber da vergonhosa atitude do representante do Bloco de Esquerda que se juntou à CDU/PCP na depreciação do carácter do trabalhador apesar das provas por este apresentadas e que mostram, claramente que:

A versão do vereador José Gonçalves era uma mentira sem sustentação;

O assédio moral é um facto provado com documentos escritos e testemunhas.

É preciso que a população saiba de que lado está, afinal, o Bloco de Esquerda: escolheu bajular o poder e atacar o trabalhador, sabe-se lá a troco de quê.

Estas são apenas pequenas passagens, mas elucidativas do teor do texto escrito por alguém que não conheço e que não faz parte da Comissão Eventual.

Porém dirige um agradecimento ao Sr. Deputado Miguel Duarte pelo seu empenhado trabalho.

É exactamente aqui que reside o cerne da provocação nomeadamente à minha pessoa, é que o Sr. Deputado Municipal em resposta a um agradecimento pelo seu empenho neste assunto responde da seguinte maneira.

"Não tem que me agradecer. Fiz a minha obrigação como homem com formação humanista livre e democrata, como cidadão empenhado, com este caso desde a primeira hora. Sinto que fui útil na intervenção que fiz na Assembleia Municipal, onde dei voz ao protesto da filha do Eng.º Jorge Abreu e não fora intervenção activa do PS o homem tinha sido despedido. Assim, embora sem ter sido ressarcido totalmente, tem o emprego o que é bom para ele e para a família. Lamento e muito a posição muito cinzenta do Bloco de Esquerda verdadeiramente submisso aos interesses da CDU não só nisto mas em tudo. Enfim a verdadeira voz do dono. Como é que é possível as pessoas terem estes comportamentos. Só interesses escondidos que não abonam a favor da transparência deste membro do Bloco de Esquerda podem justificar este comportamento que eu classifico como miserável.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Dizer também, porque deve ser dito, que o PSD nada fez, ou melhor fez uma pergunta apenas. Pela minha parte o assunto vai continuar. Não para aqui."

(texto copiado do facebook)

Voltando portanto à Comissão Eventual, que relembro foi constituída para elaborar um relatório para apresentar nesta Assembleia, e cujos trabalhos ainda agora começaram, quero deixar bem claro que condeno a forma como o Sr. Deputado Municipal se presta a este papel.

Desrespeitando em minha opinião toda a Assembleia, e já agora colocando o trabalhador numa situação de ainda maior fragilidade. Não votámos favoravelmente a Comissão Eventual para alimentar o gozo nas páginas do Facebook.

Repudio a forma artilosa que o Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte utilizou comigo quando no final da 1ª reunião da Comissão quis falar-me em particular para me dizer olhe que "eu sou seu amigo".

Não vou por aí, na vida como na política estou completamente descomprometido com auqlquer tipo de interesses ocultos.

Aqui deixo portanto o meu mais vivo protesto porque acho que com estas atitudes esta Comissão Eventual, está muito ferida na sua democracia de funcionamento.

Luís Filipe da Cruz Pereira farei em breve sessenta anos, nascido na Cova da Piedade e estou aqui olhos nos olhos, não respondo no facebook é aqui que eu abordo estas questões."

#### 7.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em Agosto passado o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território assegurou que, em articulação com o Ministério da Economia e do Emprego, não prosseguirá o projecto da ER 377-2.

mais, segundo o Ministério, a melhoria das acessibilidades e a redistribuição do tráfego de acesso às praias da Costa da Caparica devem ser alcançadas em condições ambientais sustentáveis e potenciadoras da utilização dos solos férteis, com preservação das áreas agrícolas significativas e do sistema dunar, sem descurar a salvaguarda da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos e da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

Para o Ministério, o acesso às praias não é motivo suficiente para justificar a construção da ER 377-2 numa área afecta à conservação da natureza e da biodiversidade e ao bom uso agrícola dos solos das Terras da Costa.

O Ministério disse o óbvio, aquilo que se impunha pela sua própria evidência a qualquer pessoa de bem preocupada com os verdadeiros interesses dos cidadãos e das gerações vindouras.

A voz da Senhora Ministra veio juntar-se aos apelos do Senhor Provedor de Justiça, que lembrou a existência de pareceres bastante incisivos contra o traçado e considerou inválido o despacho que declarou o relevante interesse público da obra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Esta foi a posição de sempre do CDS que considera a proposta da ER 377-2 um crime ambiental, paisagístico e social que deveria envergonhar os seus defensores, que tudo fizeram ao longo dos anos para esconder e sabotar as óbvias alternativas.

Num Concelho em que a paisagem e o ambiente têm sido sistematicamente prostituídos, sacrificados aos negócios do betão e à ganância, a Estrada da vergonha seria um golpe mortal no pouco património que resta.

O CDS congratula-se pela decisão do Ministério da Agricultura e do Ambiente, pela posição do Senhor Provedor de Justiça, pela defesa fundamentada feita pelo Movimento de Cidadãos "Uma Charneca para as pessoas" e dos prestigiados ambientalistas - de que me permite destacar o Prof. Eugénio Sequeira e o Arqt.º Gonçalo Ribeiro Telles, que condenaram de modo veemente a obra.

Mas esta não é uma vitória partidária. É apenas um passo de cidadania na protecção do futuro de uma população, de um Concelho, de um País.

Afinal, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não.

Os que continuam - como hoje aqui se vê - a defender este crime ambiental têm de explicar muito bem que interesses os movem.

Porque a sua posição não pode ser só incompetência ou ignorância.

Repito aqui as palavras do Dr. Miguel Sousa Tavares:

"Porquê?"

Porquê tanta devastação, tanto horror, tanta construção, tanta estupidez?"

#### **7.3 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A todos uma boa noite que já vai longa, mas vou procurar ser rápido na minha intervenção.

O que me traz aqui é algo que deveria ser feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas ou seu representante legal nesta Assembleia no qual tem lugar por inerência, inerência esta atribuída para representação da sua Freguesia e dos seus Fregueses.

Na noite de 28 de Setembro, esta quarta-feira passada realizou-se a Assembleia de Freguesia de Cacilhas na qual foi apresentado pela bancada do Partido Socialista uma Moção intitulada "A questão da iluminação pública". Esta Moção foi aprovada por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, do PSD e do BE, e com os votos contra da CDU.

Uma das Deliberações da Moção era que ela fosse lida aqui pelo representante máximo dos eleitores em Cacilhas, o seu Presidente, qual não foi o espanto que o representante do Sr. Presidente que se encontrava ausente por doença, Sr. Rui Perdigão se negou a fazê-lo, sim porque foi dito logo por ele que estaria aqui hoje em representação do Presidente e que a sua função e obrigação dele ou do Presidente da Junta nesta Assembleia Municipal seria para com a bancada da CDU aqui presente e que o máximo que faria era apresentá-la a esta mesma bancada. Esta não era e não é a pretensão dos eleitos em Cacilhas, aliás, isto pode ser corroborado pelo Deputado Miguel Salvado do PSD que é o Presidente da Mesa da Assembleia de Cacilhas que aqui hoje está presente também.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Este Moção não visa politizar, mas sim alertar para uma questão que aqui hoje já foi trazida por moradores do Concelho de Almada que é a segurança, segurança esta dos Fregueses de Cacilhas e de todo o Concelho de Almada.

A Moção vou entregá-la ao Sr. Presidente desta Assembleia que peço para fazer as diligências necessárias para que esta Moção chegue também às restantes bancadas aqui presentes."

#### 7.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Dar apenas nota porque depois fica na Acta que o CDS entregou uma declaração de voto e como é pequena registo mas depois vai ficar escrita diz o seguinte:

"A votação contra a moção apresentada pelo Bloco de esquerda, cujo título é indicado por "As medidas do governo", deve-se á discordância com o texto introdutório e com os pontos 3 e 4 da parte deliberativa.

No entanto, o Grupo Municipal do CDS concorda com os pontos 1 e 2, relativos à garantia de um serviço público de água potável, que deve permanecer sob gestão municipal."

#### 7.5 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

È para defesa da honra da CDU, porque no caso aqui já referido pelo Sr. Deputado Luís Filipe Pereira e da Comissão Eventual tendo sido tornado público a partir da confessada informação que alguém de dentro da Comissão deu, nós publicamente, a CDU é denominada, ou somos nós denominados como sacanas, as manobras do regime ditatorial repressivo social fascista, etc., e tudo o mais que aqui está. O que é importante sobre as razões que levaram à constituição desta Comissão e ao objecto da Comissão, não é preciso dizer aqui nada, porque todos nós o conhecemos. Gostaria só de salientar que desde o primeiro momento quer a nível da Câmara, dos SMAS e dos Deputados Municipais da CDU, nós entendemos que esta questão, pelo acrescido melindre de se tratar de uma Comissão que está a apurar factos relacionados com um caso individual e na defesa da dignidade do próprio trabalhador, nós sempre mantivemos a posição de decoro no tratamento destes casos. A Comissão Eventual ainda não terminou os seus trabalhos, não há conclusões. Parte deste processo decorre em Tribunal, ainda não há decisão do Tribunal. Todas estas razões são mais do que suficientes para nós considerarmos aqui politicamente gravíssimo que numa Comissão Eventual que está a tratar destes assuntos sejam relatados publicamente ainda por cima de forma grosseira com deturpações inacreditáveis, com mentiras e com insultos, aquilo que se terá passado que não foi o que se passou, mas uma interpretação torpe daquilo que se terá passado na Comissão. E partir daqui com a conivência de quem está na Comissão e isto não começou agora, porque há meses que em sites, em blogues, em facebook, estas coisas decorrem, o que nós concluimos é que há nesta Assembleia Municipal Deputados Municipais que estarão interessados no apuramento dos factos e da verdade. Mas também há Deputados Municipais com uma absoluta desonestidade intelectual, com manobras de baixa política e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de falta de ética e que estão a comprometer o trabalho da Comissão, e que estão a denegrir a imagem do próprio trabalhador, o que é inadmissível."

- 8** - Não havendo mais pedidos de palavra e tendo em consideração a hora foi decidido interromper os trabalhos.
- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Maria Teodolinda Monteiro Silveira; José Manuel Raposo Gonçalves; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; António José Sousa Matos; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Rita Magda Pereira; Helena Maria Gomes Oliveira; Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.
- 10**- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Humberto Lameiras, Jornal da Região, Senhora Joana Fernandes, Agência Lusa e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de sessenta e dois Senhores Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 01 de Outubro de 2011.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_